

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE, UNICENTRO  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, SESA  
CURSO DE CIENCIAS ECONÔMICAS  
KELY LUCIANA KOKOTEN ANTUNES**

**SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE GUARAPUAVA - PR**

**GUARAPUAVA**

**2017**

**KELY LUCIANA KOKOTEN ANTUNES**

**SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE GUARAPUAVA - PR**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção de grau de bacharel, sob orientação da Professora Dra. Sandra Mara Matuisk Mattos.

**GUARAPUAVA**

**2017**

**KELY LUCIANA KOKOTEN ANTUNES**

**SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE GUARAPUAVA - PR**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção de grau de bacharel.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Sandra Mara Matuisk Mattos (Orientadora)

---

Profa. Ms. Elisiane Aparecida Antoniazzi

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Gomes

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Aos meus pais pelo apoio e incentivo e em especial ao meu esposo André S. Antunes por toda paciência e compreensão, e por ter sido meu porto seguro ao longo dessa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me dar forças e sabedoria para seguir em frente e superar todas as dificuldades encontradas nessa caminhada, sem perder a esperança de concluir mais essa etapa em minha vida.

Aos meus pais, pelo apoio, compreensão e incentivo.

Ao meu esposo por acreditar no meu potencial e por estar ao meu lado sempre, pelas palavras de conforto e incentivos nos momentos mais difíceis, esse apoio foi de fundamental importância, me fez fortalecer e chegar até aqui.

Aos meus amigos e familiares, por sempre estarem presentes em minha vida.

A UNICENTRO, pela oportunidade de fazer o curso.

A minha orientadora professora Dra. Sandra Mara Matuisk Mattos, por ter confiado em mim, me apoiado e orientado no decorrer deste trabalho.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação, pelos conhecimentos repassados ao longo da graduação.

Aos meus colegas de turma, por todos os momentos que passamos juntos durante esses 4 anos de estudos, foi muito bom estar com vocês.

E a todos que acreditaram em mim e que de alguma forma fizeram parte dessa minha conquista. Muito obrigada!

*“O grande segredo da educação consiste em orientar a vaidade para os objetivos certos”. (Adam Smith)*

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais da região de Guarapuava – Paraná, tendo como objetivo específico analisar a importância da agricultura familiar e as perspectivas dos filhos em manter-se como sucessores no campo. O ponto de partida deste estudo foi por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada em teorias relacionadas a agricultura familiar. A metodologia baseou-se em pesquisa do tipo levantamento quantitativo-descritiva e para atingir os objetivos propostos os dados foram coletados através de pesquisa de campo com aplicação de questionários a agricultores e filhos de agricultores familiares associados da Cooperativa de Crédito Rural Cresol Vale das Araucárias unidade de atendimento de Guarapuava. Com base nos resultados foi possível identificar que os filhos dos agricultores entrevistados demonstram-se interessados em permanecer no campo, desde que sejam amparados por mais projetos que viabilizem e garantam melhores condições de educação e fortalecimento da agricultura familiar.

**PALAVRAS CHAVE:** Desenvolvimento, projetos, filhos, pais, propriedade.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to analyze the process of family succession in the rural properties of the Guarapuava - Paraná region, with the specific objective of analyzing the importance of family farming for the children and their prospects of remaining as successors in the field. The starting point of this study was through bibliographical research based on theories related to family agriculture. The methodology was based on quantitative-descriptive survey type research and to reach the proposed objectives the data were collected through field research with the application of questionnaires to farmers and children of family farmers associated with the Cooperativa de Crédito Rural Cresol Vale das Araucárias unit of Guarapuava. Based on the results, it was possible to identify that the children of the farmers interviewed are interested in staying in the field, provided that they are supported by more projects that make feasible and guarantee better conditions of education and strengthening of family agriculture.

**KEY WORDS:** Development, home, children, fathers, property.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - População brasileira segundo o local de domicílio .....	29
Figura 2 - Idade dos filhos entrevistados.....	41
Figura 3 - Gênero dos filhos entrevistados.....	41
Figura 4 - Grau de escolaridade dos filhos entrevistados .....	42
Figura 5 - Motivo pelo qual trabalha na agricultura .....	44
Figura 6 - Motivo para trocar o campo pela cidade .....	45
Figura 7 - Motivo pelo qual os filhos estão deixando o campo e migrando para as cidades.....	46
Figura 8 - Motivo para que os entrevistados permaneçam no meio rural.....	47
Figura 9 - Opinião dos entrevistados quanto ao seu futuro na agricultura .....	48
Figura 10 - Idade dos pais agricultores .....	49
Figura 11 - Gênero dos pais agricultores .....	50
Figura 12 - Grau de escolaridade dos pais .....	50
Figura 13 - Você costuma atender as ideias e opiniões de seus filhos .....	52
Figura 14 - Motivos para que os filhos permaneçam no meio rural.....	53
Figura 15 - Visão dos pais sobre o futuro de seus filhos no campo .....	54

### QUADROS

Quadro 1 -Linhas de Financiamentos e Especificações.....	32
Quadro 2 - Tipo de propriedade que reside .....	42
Quadro 3 - Tamanho da propriedade em hectares .....	43
Quadro 4 - Principal fonte de renda da família .....	43
Quadro 5 - Principal cultura explorada na propriedade .....	43

## LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

GS - Garantia-Safra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSI - Processo de Substituição das Importações

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

VBP - Valor Bruto da Produção Agropecuária

## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>II. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Origem e evolução da agricultura.....</b>	<b>14</b>
2.1.1 Agricultura no Brasil .....	15
<b>2.2 Agricultura familiar .....</b>	<b>19</b>
2.2.1 Origem da agricultura familiar brasileira .....	21
2.2.2 Agricultura familiar no Paraná .....	22
<b>2.3 Agricultura e sua importância para o desenvolvimento .....</b>	<b>23</b>
2.3.1 Desenvolvimento regional .....	25
<b>2.4 Sucessão familiar .....</b>	<b>26</b>
<b>2.5 Políticas públicas voltadas à agricultura familiar .....</b>	<b>30</b>
2.5.1 Principais programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.....	31
<b>III. METODOLOGIA .....</b>	<b>36</b>
<b>IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>40</b>
<b>4.1 A visão dos filhos de agricultores em relação a agricultura familiar na região de Guarapuava PR.....</b>	<b>40</b>
4.1.1 Perfil dos entrevistados filhos dos associados .....	40
4.1.2 Informações referente a moradia dos entrevistados .....	42
4.1.3 Informações referente a participação dos filhos entrevistados nas atividades da propriedade familiar.....	43
4.1.4 Informações referente a futura permanência dos entrevistados no campo .....	45
<b>4.2 A visão dos pais em relação a agricultura familiar na região de Guarapuava .....</b>	<b>49</b>
4.2.1 Perfil dos pais entrevistados.....	49
4.2.2 Informações referente a moradia dos pais entrevistados .....	51

4.2.3	Informações referente a participação de seus filhos nas atividades da propriedade familiar.....	51
4.2.4	Informações sobre a opinião dos pais referente a futura permanência dos filhos no campo.....	52
<b>V.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>VI.</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
<b>VII.</b>	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>63</b>

## I. INTRODUÇÃO

A agricultura é um setor de grande impacto no país, pois com a produção de alimentos, da geração de emprego e renda auxilia no desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros. Existe uma grande preocupação com esse setor principalmente relacionado ao pequeno agricultor, pois devido a falta de políticas públicas específicas para este ramo, muitos estão deixando a área rural, notadamente as novas gerações, que se apresentam relutantes em permanecer no campo.

O ciclo de vida das propriedades rurais familiares está ligado a um processo sucessório, onde normalmente passa-se de pai para filho e assim por diante, porém muitas vezes em decorrência das atratividades apresentadas pelo meio urbano, os filhos não têm os mesmos sonhos que os pais e esse ciclo acaba se rompendo, este rompimento tem provocado uma diminuição da população do meio rural principalmente dos mais jovens, com isso surge o desafio da sucessão familiar.

No decorrer do trabalho serão abordados conceitos e aspectos gerais sobre a agricultura familiar, sucessão familiar, história da agricultura e seu desenvolvimento até os dias atuais. Bem como as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, apresentando os principais problemas que vem sendo enfrentados, e as práticas que estão sendo executadas para manter a sucessão familiar na agricultura.

Diante das dificuldades enfrentadas no campo e as oportunidades que o meio urbano oferece, na perspectiva do agricultor familiar, qual é o caminho a ser seguido em relação a futura permanência dos filhos de agricultores no campo como sucessor familiar?

Assim, a hipótese levantada nesta pesquisa norteia-se na necessidade de novas alternativas agrícolas que possam fortalecer essa permanência, como a implantação de novos projetos que fomentem a agricultura familiar, que promovam maior renda e melhores condições de vida, a fim de que os filhos permaneçam no campo sendo sucessores de seus familiares, promovendo o desenvolvimento e sustentabilidade do setor e da família.

O objetivo geral da presente pesquisa centra-se na análise do processo de sucessão familiar nas propriedades rurais da região de Guarapuava – Paraná, e o objetivo específico é analisar a importância da agricultura familiar e as perspectivas dos filhos em manter-se como sucessores no campo.

A pesquisa deu-se devido à necessidade de identificar porque os filhos estão deixando suas atividades no campo passando para o meio urbano e quais ações devem ser tomadas para que o meio rural seja mais atrativo, visto que, muitos desses quando vão para o meio urbano acabam identificando-se com outras profissões e não voltam para o campo.

Para o desenvolvimento deste estudo foram utilizadas pesquisas bibliográficas baseadas em livros, artigos científicos, sites oficiais, e para responder aos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa de campo, desenvolvida por meio de questionários aplicados a agricultores e filhos de agricultores, associados a Cooperativa de Crédito Rural Cresol Vale das Araucárias unidade de atendimento de Guarapuava que trabalham com agricultura familiar na região.

Além da seção introdutória, este estudo está dividido em quatro capítulos. O capítulo um apresenta um contexto histórico da agricultura familiar, origem e evolução e sua importância para o desenvolvimento regional, abordando também políticas públicas desenvolvidas a este setor. O capítulo dois descreve a área de estudo, os métodos e procedimentos utilizados para se chegar ao resultado final do estudo. No capítulo três discutem-se os resultados obtidos após a pesquisa bibliográfica e de campo, no capítulo quatro apresentam-se as considerações finais sobre a pesquisa, e por fim no capítulo cinco encontram-se as referências utilizadas como embasamento para o estudo.

## II. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas a origem e a evolução da agricultura brasileira, o surgimento da agricultura familiar e seu desenvolvimento no estado do Paraná, a importância da agricultura para o desenvolvimento econômico e regional, também será discutido sobre a sucessão da agricultura familiar, bem como as políticas públicas voltadas a este segmento.

### 2.1 Origem e evolução da agricultura

Do latim: “*agri*” significa do campo, e “*cultura*” significa cultivo, aproveitamento. Assim, agricultura é a arte de cultivar os campos ou o conjunto de operações que transformam o solo natural para produção de vegetais ou criação de animais que serão úteis ao homem (HOUAISS e VILLAR, 2009). Em outras palavras, a agricultura é o processo de cultivo, ou melhoramento do solo, para que este possa produzir a maior quantidade possível de alimentos próprios para o uso da humanidade bem como para animais domésticos.

Segundo Pereira (2013), a agricultura teve origem na pré-história com a existência da espécie humana à 500.000 a.C, nesse período o homem era totalmente dominado pela natureza, não existiam plantas cultivadas. Portanto, sobrevivia da caça, pesca, coleta de grão, frutos e raízes, eram nômades e viviam em grupos nas cavernas, suas vestes eram de peles de animais e seus instrumentos de caça e luta eram feitos de pedra lascada, não conheciam a agricultura nem a criação de animais, as atividades eram classificadas por gênero, onde as mulheres eram responsáveis por coletar e preparar os alimentos e os homens dedicavam-se a caça e a pesca.

Indícios de plantas cultivadas surgiram quando um grão caído na terra começou a germinar, e algumas mulheres que faziam a colheita naquela área começam a observar seu crescimento, surgiu então a base de transformação para a agricultura (PEREIRA, 2013).

Com essa descoberta a humanidade deixa de ser nômade, pois já não precisava buscar em vários lugares os alimentos para sua sobrevivência, passando a ter maior domínio sobre a natureza e a modificá-la para seu uso. Estabeleceram

moradias e as mulheres passaram então a semear, cultivar, colher e preparar os alimentos, os homens começaram a criar animais, dando início a agricultura e a pecuária (PEREIRA, 2013).

Ainda segundo o autor, com o cultivo do solo e a criação dos animais, vieram grandes transformações nas culturas desse povo como a divisão do trabalho, o artesanato, a estocagem de alimentos, o surgimento das primeiras vilas e cidades bem como o aumento considerável da população. As primeiras áreas agrícolas surgiram no Golfo Pérsico sendo nos vales dos rios Tigres e Eufrates e no vale do rio Nilo no Egito, posteriormente na China, na Índia Sudoeste da Ásia e na América Tropical, e as primeiras civilizações surgiram também nessas mesmas regiões sendo no oriente médio às margens dos rios Nilo, Tigre e Eufrates, na China às margens do rio Amarelo e Huang-ho e nas Américas nos planaltos do México e Peru.

### 2.1.1 Agricultura no Brasil

O setor agrícola no Brasil é uma das principais bases da atividade econômica especializada, porém, o país viveu por muitos séculos dependendo de atividades extrativistas e de monocultura, sendo apenas culturas de subsistência, fornecendo condições precárias para aqueles que dependiam dela, sempre sendo considerada como atividade secundária às lavouras predominantes (SZMRECSÁNYI, 1990).

Segundo Vasconcellos *et al.* (2006), desde o Brasil Colônia até os anos de 1930, o país era considerado como primário exportador devido sua dependência nesta atividade para manter-se na economia. Nesse período os responsáveis pela manutenção desse modelo primário exportador eram os chamados latifundiários, que possuíam grandes proporções de terras em seu poder.

A classe de latifundiários era uma parte pouco significativa da população, representavam apenas 2% dos cidadãos, porém devido seu poder econômico muito expressivo eram capazes de dirigir e controlar a economia do país. Nesse período a principal agricultura de base era a cana de açúcar com alguns cultivos diferentes que eram apenas utilizados para subsistência dos habitantes da região, porém com pouca expressividade (BRUM, 2010).

Simonsen (1937) considera o ciclo do açúcar o período que vai do início da colonização até 1760 quando ocorre o auge do ciclo do ouro e inicia-se então a



decadência da cana de açúcar. O açúcar foi considerado a primeira grande riqueza agrícola do Brasil, sua estrutura deu-se no chamado *plantation*, um tipo de sistema agrícola organizado pelo mercado externo e baseado em três princípios: monocultura, latifúndio e trabalho escravo.

A monocultura de exportação utilizava latifúndios com terras extensas e mão de obra escrava composta por africanos. Por meio desse sistema eram produzidas grandes quantidades de um único tipo de produto que se adequasse ao solo e ao clima da região, a produção era quase totalmente destinada ao mercado externo, mantendo no país somente os produtos com qualidade inferior. Os países europeus que exploravam as colônias não tinham nenhum interesse nas mesmas, portanto a exploração era apenas de forma especulativa (VASCONCELLOS *et al.* 2006).

A estagnação da atividade açucareira deu-se no final do século XVII devido a concorrência mundial, pois a Holanda começou a produzir açúcar com preço mais baixo e de melhor qualidade, então o mercado consumidor europeu deu preferência para a Holanda. Iniciou-se então o ciclo do ouro, as primeiras minas foram encontradas nas regiões de Minas Gerais depois em Mato Grosso e Goiás. A notícia da descoberta do ouro se espalhou e começaram a chegar pessoas de Portugal, do sul do Brasil e de muitas outras regiões em busca da mineração, que passou ser a principal atividade econômica, causando grande impacto na demografia do país (SIMONSEN, 1937).

Ainda segundo Simonsen (1937), este ciclo proporcionou grandes riquezas e aumentou significativamente a população no país. Posteriormente resultou em pobreza e desigualdade, pois na metade do século XVIII as minas começaram a se esgotar, devido a disputa pela mineração que se tornava cada vez maior e já não havia ouro suficiente para atender a toda sua procura, chegou então o fim do ciclo do ouro. Assim, a população teve que procurar outra forma de sobrevivência, e a forma encontrada foi o retorno à agricultura de subsistência. Fortalece-se a vocação do país dentro do modelo primário exportador, ou seja, voltado para o mercado externo por meio de produtos primários, sem condições de promover o desenvolvimento econômico, somente conseguiu melhorar sua situação com a inclusão da atividade cafeeira.

O café foi inserido no Brasil em 1723 no estado do Pará, pelo nobre português Francisco de Melo Palheta, um militar vindo da colônia francesa de Caiena, trouxe as primeiras sementes que juntamente com seus derivados tornar-

se-iam a principal atividade econômica e de desenvolvimento do país por quase um século (LOBO, 1969).

A agricultura brasileira teve grande evolução no início do século XIX quando o setor cafeeiro se expandiu devido às exportações que foram predominantes na geração de divisas, respondendo por aproximadamente 82% das exportações brasileiras ocorridas nas três primeiras décadas do século XIX, tendo o café como produto de maior destaque (BACHA, 2003).

A expansão cafeeira motivou a imigração estrangeira, atraiu maior oferta de mão de obra de europeus e italianos para as atividades urbanas e rurais especialmente no estado de São Paulo em que a produção pertencia a grandes latifundiários, os quais tinham muita influência na formulação de políticas econômicas do país (BACHA, 2003).

O ciclo do café proporcionou grandes mudanças no setor econômico, investiu-se em infraestrutura como a construção de portos e ferrovias, trouxe maior estabilidade e modernização na econômica brasileira.

O café foi o principal produto de comercialização por muitos anos, porém em consequência da crise financeira de 1929, ligada a superprodução do café, cessaram-se as exportações do mesmo, e o Brasil viu-se obrigado a dar início ao processo de industrialização, desenvolvendo então o Processo de Substituição das Importações (PSI), onde o país começou a produzir o que antes importava, passando para um processo de internalização da produção (GIAMBIAGI *et al.* 2011).

O PSI, processo que incentiva e favorece a produção de um produto dentro do país, tinha como finalidade fortalecer a economia e a indústria local. Nesse sentido, a economia se volta para dentro, ou seja, busca atender o mercado interno, estabelecendo barreiras para importações, permitindo importar apenas produtos que a tecnologia de produção do país não seja suficiente para atender sua demanda (VASCONCELLOS *et al.* 2006).

Nos anos de 1930 iniciava-se a industrialização e o setor agrícola foi de extrema importância nesse processo. Segundo Nunes (2007), desde esse período até 1950, apesar do processo de industrialização, as propriedades rurais eram independentes, pois apesar de possuírem pouca tecnologia, estradas precárias e com um lento processo de comunicação, eram capazes de produzir e processar quase tudo o que era necessário para o consumo.

A partir desse período devido ao processo de modernização, a agricultura mundial passou por grandes transformações, essa modernização ficou conhecida como Revolução Verde (NUNES, 2007).

Esse processo de modernização surgiu para aumentar a produtividade da agricultura, através de inovações tecnológicas e desenvolvimento de pesquisas em sementes adequadas para cada tipo de solo e clima, fertilização do solo para o plantio, utilização de agrotóxicos e o desenvolvimento de máquinas mecanizadas para o campo. A implantação dessas novas tecnologias foi na década de 1940, porém os resultados significativos somente ocorrem nas décadas de 1960 e 1970, quando os países em desenvolvimento utilizaram as sementes modificadas e desenvolvidas nas pesquisas que apresentavam alta resistência a diferentes tipos de doenças e pragas e aliadas às demais tecnologias já citadas conseguiram aumentos expressivos em suas produções agrícolas (SERRA *et al.* 2016).

De acordo com Alves (1999) no Brasil a modernização na agricultura foi instigada pelo processo de industrialização através da política econômica desenvolvida pelo governo nos períodos entre 1950 e 1970, essa política favoreceu a indústria e desfavoreceu a agricultura, fortaleceu o poder das cidades o que acelerou o êxodo rural<sup>1</sup>.

Com o processo de industrialização brasileiro a agricultura passou a fornecer matéria-prima exclusivamente para a utilização da indústria, com isso a economia do país passa a ser mais diversificada e urbana, e com a introdução da mecanização em substituição da mão de obra braçal a população rural começa a transferir-se para as cidades urbanas (ALVES, 1999).

Através das transformações e modernizações, introduzindo a tecnologia em seus processos, o setor agrícola começou a agregar valor aos produtos e isso deu início ao agronegócio, dando origem a um ciclo que começa com o fornecimento de insumos e defensivos, passa pelo produtor e pela indústria até chegar ao consumidor final (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007).

Mazoyer e Roudart (2010), apontam que essa modernização facilitou, acelerou e melhorou o transporte dos insumos e da produção, pois se criaram motores mais potentes e eficientes que ultrapassaram os limites regionais.

---

<sup>1</sup> No Brasil o êxodo rural permaneceu por duas décadas: entre 1960 e 1980, perdendo forças somente nos anos 2000 (ALVES, 1999).

A agricultura contribuiu de forma bastante significativa para os outros setores quando liberou a mão de obra para a indústria, quando deu suporte ao processo de urbanização e forneceu alimentos e matérias-primas. A agricultura também foi responsável pela transferência de capitais que antes eram centralizados ao setor rural e passaram a ser destinados ao processo de industrialização (SOUZA, 2007).

O setor agrícola brasileiro contribuiu e continua contribuindo para o aumento das exportações, crescimento e desenvolvimento da economia do país, gerando emprego e renda, mantendo sua importância no cenário nacional e buscando sua inclusão definitiva no mercado mundial, reduzindo os riscos ambientais e as diferenças regionais.

## **2.2 Agricultura familiar**

A agricultura familiar tem práticas e características diferentes da agricultura não familiar. Nela a atividade produtiva e a principal fonte de renda é a agropecuária, e a administração da propriedade é compartilhada pela família.

Segundo a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, do Estatuto da Terra, o conceito de propriedade familiar se dá nos seguintes termos:

Art. 4º: Para os efeitos desta Lei, definem-se: (...)

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros; (...).

Em 24 de julho de 2006 consolidou-se a Lei nº 11.326, que define os conceitos, princípios e instrumentos que formulam as políticas públicas voltadas a agricultura familiar e empreendimentos rurais. Retrata ainda que, agricultores familiares são aqueles que desenvolvem atividades no meio rural cuja área não ultrapasse a quatro módulos fiscais, utilizando-se mão de obra e sendo dirigidos pelos próprios familiares. Sua renda deve ser principalmente, oriunda das atividades econômicas vindas de seu próprio empreendimento, permitindo assim a sua inserção nas estatísticas oficiais.

No entanto, chama-se agricultura familiar justamente devido as atividades serem predominantemente desenvolvidas por membros da família, devendo-se empregar mão de obra assalariada apenas de forma a complementar a atividade.

Segundo o MDA (2016), 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos de agricultores familiares, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, com isso pode-se ver que a estrutura agrária ainda possui uma forte concentração no país.

Ainda de acordo com o MDA (2016), 90% da base econômica brasileira é composta por produtos originados da agricultura familiar, respondendo assim por 35% do PIB nacional, absorvendo 40% da população economicamente ativa, e produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. Além de grande parte da produção de leite, rebanhos suínos, aves e bovinos, apresentou assim uma grande importância para o abastecimento interno e para o controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Segundo Oliveira *et al.* (2010, p.05-06) a definição de agricultura familiar apresentada pelo INCRA/FAO, 2000:

Pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

De acordo com o IPEA (2011), a agricultura familiar é aquela propriedade que possui a agricultura como base e principal fonte de renda familiar, onde a mão de obra empregada é predominantemente formada pelos membros da família, podendo eventualmente quando a atividade agrícola exigir, ser auxiliada por mão de obra assalariada.

Porém, para que não se perca a tradição da agricultura familiar, caso necessite a contratação permanente de trabalhadores assalariados, a mão de obra familiar precisa ser igual ou superior a 75% do total de mão de obra empregada na propriedade rural, podendo então contratar 25% de mão de obra terceirizada (IPEA, 2011).

### 2.2.1 Origem da agricultura familiar brasileira

No Brasil o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar se deram a partir de um processo histórico que teve início já na colonização e foi influenciada em especial pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais (LAMARCHE, 1997).

De acordo com Schneider e Cassol (2013), a agricultura familiar originou-se a partir de três fatores importantes, o primeiro fator está relacionado com a retomada do papel do movimento sindical depois da ditadura militar; o segundo fator está relacionado com o papel dos mediadores e intelectuais; e o terceiro fator tem a ver com o papel do Estado e das políticas públicas. Após o fim da ditadura militar o movimento sindical retomou seu lugar na política nacional e começou uma mobilização por créditos, melhoria de preços, formas diferenciadas de comercialização, lutou também pela regulamentação constitucional da previdência social rural. Essas lutas foram fortalecidas pelas transições políticas ocorridas entre 1992 e 1994 o que levou a criação de vários programas que fortaleceram o setor agrícola.

Grossi e Silva (2002) afirmam que as maiores transformações foram na década de 1950 quando surgiu a Revolução Verde e o Governo incentivou as indústrias ao uso das novas tecnologias. Em 1970 esses incentivos foram fortalecidos com as inovações em pesquisas com biotecnologia. Os primeiros resultados começaram a aparecer somente na década de 1990, porém esse modelo não atendeu todas as necessidades do setor agrícola. Por um lado, a modernização a partir das exportações gerou divisas econômicas, mas por outro lado, milhares de agricultores não foram beneficiados por esta mesma tecnologia, pois por vários motivos não conseguiram adequar-se ao novo modelo de produção.

Segundo Lamarche (1997) parte dos pequenos produtores familiares não foi incluída no processo de modernização, por este motivo precisaram manter várias de suas características tradicionais como o acesso aos meios de trabalho que eram precários, as mobilidades sociais, as submissões às grandes propriedades. Destacando ainda, como aspecto negativo o êxodo rural ocorrido nesse período no Brasil, pois as atividades da lavoura que eram exercidas por várias pessoas foram adaptadas à tecnologia e uma pessoa somente passou a exercer tal atividade,

dessa forma inúmeras pessoas viram-se desempregadas e não tiveram outra opção a não ser migrar para os centros urbanos.

Mesmo que as consequências da modernização possam ter sido negativas para vários agricultores, pode-se dizer que estes continuam responsáveis pela maior parte da produção de alimentos e matéria-prima no país (BUAINAIN *et al.* 2014).

Segundo dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA (2016), 84% dos estabelecimentos existentes no país são voltados à agricultura familiar, onde milhões de pessoas sobrevivem desta atividade que é responsável por garantir a produção de alimentos básicos consumidos pela população brasileiras, além disso aproximadamente 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) é oriundo deste segmento.

Mesmo diante de todos os desafios a agricultura familiar é forte e muito significativa para o desenvolvimento do país, possui um grande potencial na geração de emprego e renda, pois como se pode notar a principal atividade econômica de várias regiões do Brasil é a produção agrícola. No entanto, precisa de amparo e fortalecimento, garantindo melhores condições ao manejo, mais acesso ao crédito para maiores investimentos em infraestrutura, assim os estabelecimentos rurais poderão garantir a comercialização de seus produtos bem como promover o desenvolvimento e sustentabilidade (LIMA e WILKINSON, 2002).

### 2.2.2 Agricultura familiar no Paraná

O estado do Paraná está localizado na região Sul do país, ocupa uma área de aproximadamente 199.308 km<sup>2</sup>, distribuídos entre 399 municípios com uma população estimada em 2016 de 11.320.892 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 52,4 habitantes por km<sup>2</sup>, com um rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de R\$ 1.398,00 (IBGE, 2017).

O Paraná é um estado de destaque no país, e isso está atrelado a sua grande vocação agrícola. O setor agrícola responde por 6,2% do PIB nacional, registrando uma renda *per capita* em 2014 no valor de R\$ 31,4 mil enquanto o Brasil como um todo apresentou neste mesmo ano um valor de R\$ 28,5 mil. O PIB paranaense no primeiro trimestre de 2017 somou R\$ 106,95 bilhões, e esse desempenho está relacionado a influência da agropecuária que foi bem superior a média da economia

brasileira, crescendo 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior principalmente pela produção de soja e milho (IPARDES, 2017).

A importância desse cenário estadual pode ser destacada pela quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes no Paraná, que segundo o último censo agropecuário<sup>2</sup> (2006), esses estabelecimentos totalizam 371.051, sendo que 81,63%, ou seja, 302.907 estabelecimentos são caracterizados como agricultura familiar, onde 64,8% são proprietários, 5,7% encontram-se na condição de arrendatário e 3,1% são assentados sem titulação definitiva, ocupando assim 27,8% da área total dos estabelecimentos, empregando 70% do pessoal ocupado correspondendo a mais de 1,1 milhão de pessoas. O maior número de estabelecimentos de agricultura familiar está localizado na região Sudoeste do Paraná, sendo em Francisco Beltrão e Pato Branco com um total de 88,9% (IPARDES, 2009).

Segundo Christen (2016), os proprietários sabem conduzir seus estabelecimentos, porém não sabem planejar uma boa sucessão, pois muitas vezes não existe um diálogo razoável sobre a organização das propriedades nem como será o destino de seus filhos e o tema sobre a sucessão acaba sendo deixado de lado.

### **2.3 Agricultura e sua importância para o desenvolvimento**

Inúmeros pensadores têm debatido sobre o conceito referente ao desenvolvimento econômico, para os economistas não existe uma única definição do conceito de desenvolvimento, mas para a maioria, trata-se da ligação direta entre desenvolvimento e produção (VIEIRA, 2009).

Segundo Vieira (2009), o desenvolvimento econômico seria uma consequência da substituição de importações, pois assim ocorreria o aumento na produção interna, causando um efeito benéfico na cadeia produtiva, pois quanto

---

<sup>2</sup> O censo agropecuário é uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da qual se levantam informações sobre as situações econômicas, sociais e ambientais relacionadas aos estabelecimentos agropecuários existentes no país. O último censo realizado no Brasil foi em 2006 com dados divulgados somente em 2009, e o próximo censo (devido restrições orçamentárias), está previsto para outubro de 2017 com estimativa de divulgação dos dados em meados de 2018 (IBGE, 2017).



maior a produção interna conseqüentemente maior seria a renda interna e automaticamente elevaria o consumo.

Timmer (1992, p.22 apud Lucena 2000, p.20), destaca algumas funções da agricultura que enfatiza como importantes para o desenvolvimento do país:

a) a agricultura influi positivamente nas decisões de investimento dos setores não agrícolas, através da estabilidade dos preços dos alimentos que ela proporciona; b) ela aumenta a produtividade do capital e do trabalho do resto da economia e, assim, a taxa de crescimento global, ao gerar excedentes exportáveis e ao reduzir a inflação; c) ela contribui com o efeito aprendizagem do governo, gerador de economias externas; d) ela contribui para reduzir a pobreza no meio rural, ao gerar novos empregos, elevar a produtividade da terra e do trabalho e ao expandir a oferta de alimentos; e) a agricultura ajuda a proteger o meio ambiente, ao aumentar o espaço verde e ao reduzir a concentração de gases poluentes na atmosfera.

De acordo com Navarro (2001), a agricultura apresenta cinco concepções relacionadas ao desenvolvimento sendo: desenvolvimento agrícola; desenvolvimento agrário; desenvolvimento rural; desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

- Desenvolvimento agrícola; refere-se a base material da produção agrícola ou agropecuária e suas características produtivas, os formatos tecnológicos, o uso do trabalho como elemento da produção, a área plantada e sua produtividade identificando sua evolução em um determinado período.

- Desenvolvimento agrário; é a relação do meio rural com a sociedade em todos os aspectos como nas políticas, nas disputas entre classes, nas relações de trabalho e condições de acesso a terra ou nos conflitos sociais.

- Desenvolvimento rural; possui uma característica específica, refere-se a uma ação estruturada que instiga mudanças em um determinado ambiente rural. Porém, o conceito de desenvolvimento rural altera-se ao longo do tempo, decorrente da influência de diversas conjunturas econômicas bem como, pelas novas condições que o desenvolvimento da economia e da vida social gradativamente estabelece às famílias e suas atividades rurais.

- Desenvolvimento sustentável; surgiu devido os impactos ambientais causados após a segunda guerra, tomando forças a partir da década de 1980. No entanto, o componente sustentável refere-se única e exclusivamente aos padrões ambientais relacionados ao processo de desenvolvimento.

- Desenvolvimento local; deu-se devido às alterações ocorridas na Constituição Federal de 1988 que descentralizou as responsabilidades da União valorizando de forma crescente o “local” mais exatamente o Município, que por meio de iniciativas governamentais promoveram o desenvolvimento local.

O setor agrícola contribui também para o desenvolvimento dos demais setores da economia e as divisas vindas das exportações agrícolas financiam o desenvolvimento e amortizam a dívida externa, apresentando também um mercado para os bens industriais e serviços urbanos (SOUZA, 2007).

### 2.3.1 Desenvolvimento regional

Lima e Simões (2009, p.6) definem região como:

(...) unidade de análise, é representada por um conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo. Mais, ainda contextualizando esta definição com o conceito de urbano –*locus* da produção diversificada e integrada do capitalismo -, pode-se definir uma região como um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau de menor integração com os primeiros (LIMA e SIMÕES, 2009, p.6).

O desenvolvimento regional ocorre por meio da comercialização dos produtos para outras regiões, induzindo dessa forma o desenvolvimento das atividades econômicas suplementares as quais dão auxílio para as atividades básicas (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Segundo a teoria de desenvolvimento de Myrdal (1957), regiões que apresentam concentração de atividades e vantagens competitivas tornam-se cada vez mais fortes. Com o crescimento do mercado interno e externo ocorre aumento de investimentos, de bens de capital e as atividades mais rentáveis acabam concentrando-se nessas regiões as quais se tornam autossustentadas, mais produtivas e competitivas, diferenciando-se daquelas regiões mais atrasadas que não conseguem atrair novas atividades, pois suas vantagens são limitadas e conseqüentemente ocorre a redução nos investimentos e na demanda interna.

Myrdal (1957) trata essa questão sob dois efeitos, um provocado pela expansão ou efeitos propulsores, que é o principal no sentido da evolução econômica, e outro como efeitos regressivos que agem no sentido contrário. Os

efeitos propulsores atuam de forma favorável para o crescimento de uma região próspera, as localidades e fornecedores que estão à volta daquela região que está se expandindo também se beneficiam com este mercado crescente, já os efeitos regressores são aqueles que ocorrem em regiões menos favorecidas, devido sua proximidade com regiões mais ativas que acabam por dominá-las, absorvendo sua capacidade de desenvolvimento, retirando-lhes suas melhores e mais capacitadas forças de trabalho.

Uma das formas de apoio ao desenvolvimento local é através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que garante a alimentação escolar dos alunos em escolas públicas atendendo as necessidades nutricionais, promovendo hábitos saudáveis e reforçando o papel da agricultura familiar promovendo assim o desenvolvimento local (MDA, 2016).

Segundo a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que trata sobre os recursos destinados a alimentação escolar:

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos de educação básica; (...). Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (...) (PNAE, 2009, p.3).

Com essa Lei os agricultores conseguem viabilizar ainda mais a oferta de seus produtos, e a nível estadual o fornecimento desses alimentos é realizado através de organizações representativas dos agricultores familiares, como as associações ou cooperativas as quais devem obrigatoriamente possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a compra desses alimentos direto do produtor estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (IPARDES, 2009).

## **2.4 Sucessão familiar**

De acordo com Christen (2016), estudos mostram que na década de 1960 as famílias de agricultores com a intenção de manter suas profissões, passavam suas terras para os filhos mais velhos, deixando ao filho mais novo a função de no futuro

continuar com a sucessão dessa propriedade familiar, passando a sucessão de geração a geração.

Segundo Silvestro *et al.* (2001, p.280), na agricultura familiar:

Os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho – auxiliando a conduzir animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

A partir da década de 1970 esse padrão de sucessão começa tomar novas formas, e a divisão do patrimônio passa a ser realizada de forma igual para os filhos. Esta divisão entre todos os filhos acabou gerando alguns problemas de permanência no campo, pois quando as áreas eram menores, os filhos herdavam partes muito pequenas das propriedades o que se tornava inviável para a produção, dessa forma eles acabavam vendendo suas partes e mudando-se para a cidade (CHRISTEN, 2016).

Para Christen (2016), mesmo com as transformações já ocorridas no processo de sucessão, os mais jovens ainda enfrentam dificuldades em formar novas unidades produtivas, tornando-se um dos fatores que mais intensificam o êxodo rural. Muitas vezes a figura paterna está muito associada ao poder, sem dar autonomia aos filhos, que por esse motivo acabam perdendo o interesse em dar continuidade às atividades rurais semelhantes aos pais preferindo assim migrar para os centros urbanos.

Carneiro e Castro (2007) afirmam que os principais motivos da migração campo-cidade estão relacionados a opção do trabalho remunerado, a dificuldade e a instabilidade que o meio rural apresenta, pois a agricultura, a pecuária, entre outras atividades tem influência do clima, das pragas, do mercado etc. e a maioria dos filhos planeja um futuro, buscando alcançar seus objetivos e isso depende de uma fonte de renda estável, o que os incentiva a procurar por atividades assalariadas.

A agricultura familiar vem passando por momentos em que os filhos querem que seus projetos individuais sejam respeitados, desconsiderando assim as práticas tradicionais de aliança e reprodução da agricultura. No entanto, mesmo que não garantam a sucessão familiar, é importante que os pais considerem esses projetos, pois a sucessão precisa ser compreendida não apenas como uma troca de gestor e

sim como um processo de transferência da propriedade familiar a um ou mais sucessores (BUAINAIN *et al.* 2014).

Ainda segundo Buainain *et al.* (2014, p.1014):

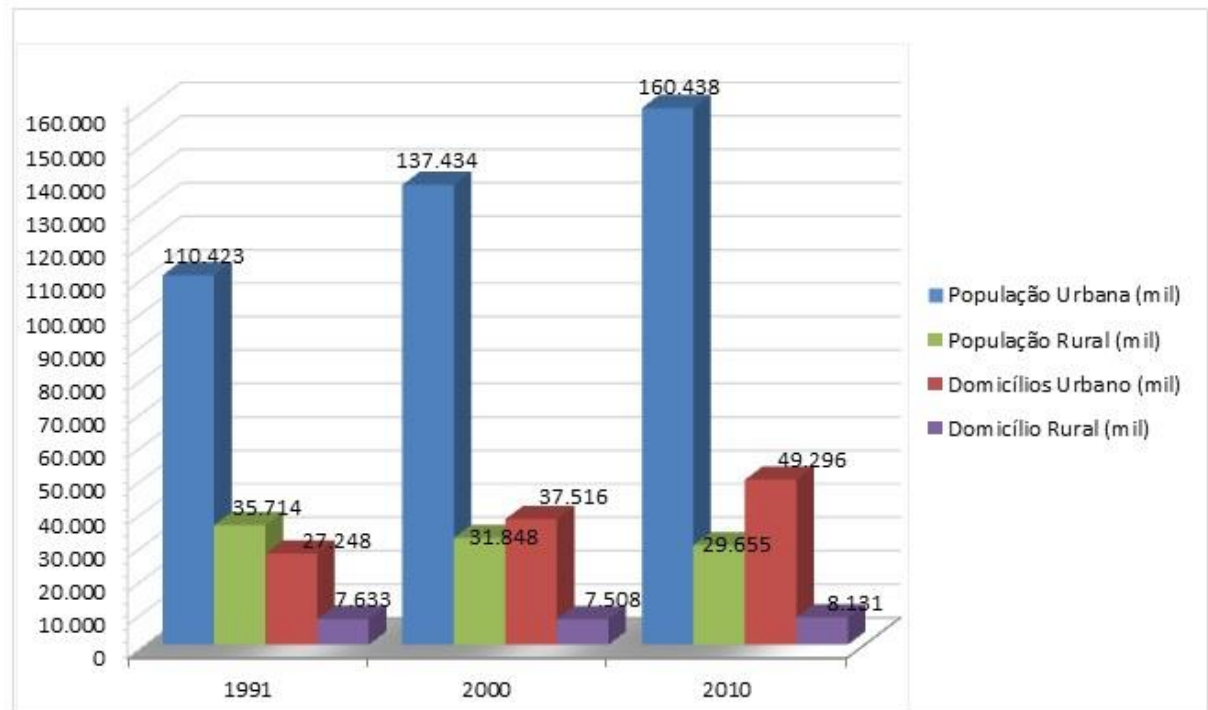
Apesar das dificuldades encontradas, a sucessão intrafamiliar e intergeracional pode ser bem-sucedida e muito benéfica para a unidade de produção. Como o sucessor geralmente é filho do gestor, além dos bens físicos, são transferidos bens intangíveis, como o conhecimento tácito adquirido através da convivência durante as atividades cotidianas do gestor. Isso pode minimizar os problemas oriundos da troca abrupta de gestores de determinado empreendimento, pois o sucessor não precisará de um período para conhecer a atividade, a unidade de produção em si e os valores da família e, a partir disso, pode manter ou transformar a estratégia de gestão.

Silvestro *et al.* (2001), enfatiza que a sucessão familiar precisa ser iniciada ainda quando os filhos são muito pequenos, sendo conduzida com muita habilidade pelo patriarca da família. Sendo que a transferência do controle da propriedade deve se dar de forma gradual, transferindo as tarefas de gestão gradativamente, assim como possibilitar que os mesmos possam abrir suas próprias contas bancárias, e seus próprios blocos de produtor, assegurando a responsabilidade de gerenciar os negócios da família.

Buainain *et al.* (2014) ressaltam que no passado os filhos eram criados no mesmo ambiente que os pais, ou seja, na agricultura durante o horário de trabalho, porém nas gerações mais atuais, os pais alegam que devido ao aumento da produção e ao processo de modernização na agricultura, não se tem mais as mesmas condições de se conciliar o trabalho com o cuidado com os filhos durante o horário de trabalho, o que acaba de certa forma distanciando-os do cotidiano agrícola e a relação entre pais e filhos fica quase que exclusiva aos horários de lazer, o que acaba refletindo no processo de sucessão das propriedades familiares.

Inúmeros podem ser os fatores que expressam a redução da população no campo, como a fragmentação das famílias, em que no passado as famílias eram compostas por um número elevado de filhos, porém nas últimas décadas o tamanho médio das famílias está bem mais fragmentado, com isso as perspectivas de sucessão da atividade produtiva familiar tornam-se mais restritas, com maior probabilidade de o único sucessor deixar o campo e migrar para a cidade. Ainda têm os fatores estruturais que também acarretam em redução dessa população, como a modernização da agricultura que reduz a mão de obra rural, e as extremas desigualdades sociais, assim como as oportunidades de emprego e renda dos

grandes e médios centros urbanos que atraem a mão de obra do campo para a cidade (ANJOS e CALDAS, 2005).



**Figura 1 - População brasileira segundo o local de domicílio**

Fonte: Elaborado pela autora com base em Buainain *et al.* (2014).

A Figura 1 indica a tendência de migração da população rural para centros urbanos, onde pode se ver que em aproximadamente 20 anos os domicílios rurais aumentaram 6,5% porém, a população rural reduziu aproximadamente 16,9%, caindo de forma significativa o número médio de membros das famílias, em 1991 eram 4,7 pessoas por domicílio já em 2010 caiu para 3,6 pessoas por domicílio rural, essa redução pode ser expressa justamente pela migração campo/cidade, fator determinante para o êxodo rural (BUAINAIN *et al.* 2014).

A ausência da população rural principalmente dos mais jovens coloca em risco a sucessão na agricultura familiar rural, a qual tem grande importância para o desenvolvimento do país, pois além de produzir os itens básicos da alimentação brasileira, ainda é responsável por grande parte da geração de emprego e renda, contribuindo também para o aspecto econômico, através do aumento do mercado consumidor que proporciona uma melhor distribuição da renda (BUAINAIN *et al.* 2014).

Muitas pessoas migram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, porém esse processo também gera vários problemas sociais urbanos. Ao passo que o êxodo rural reduz a população do campo, causa um aumento populacional desordenado e aglomeração no meio urbano.

Pode-se dizer que o êxodo rural afeta não somente a população do campo, mas também a população dos centros urbanos, trazendo algumas consequências como as pressões ambientais e principalmente os problemas de ordem estrutural, altas concentrações residências, favelização, excesso de mão de obra que o mercado de trabalho não consegue absorver causando assim um aumento do desemprego e do subemprego na área urbana e ainda com a redução de mão de obra no campo reduz-se a produção de alimentos e matéria-prima, ocasionando o aumento da inflação e automaticamente o aumento no custo de vida das pessoas.

Algumas alternativas que surgem para ajudar na redução do êxodo rural são as políticas públicas, proporcionando o subsídio necessário para que os pequenos produtores possam manter-se estáveis com suas atividades no campo, e que tenham oportunidade de melhores condições de vida e trabalho.

## **2.5 Políticas públicas voltadas à agricultura familiar**

As políticas públicas são programas e ações desenvolvidas pelo Estado, e no setor agrícola representam um papel de fundamental importância, principalmente para a agricultura familiar, pois os problemas e as especificidades do setor necessitam de políticas que possibilitem a permanência do produtor rural no campo, evitando assim o êxodo rural e promovendo o desenvolvimento regional (ROHLING, 2011).

No Brasil as políticas públicas voltadas à agricultura familiar tiveram início em 1990, e os principais motivos foram: a necessidade de intervenção estatal sobre a exclusão social que estava ocorrendo no período e a necessidade de fortalecer os movimentos sociais rurais (ROHLING, 2011).

Essas políticas são conduzidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) com apoio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e de vários ministérios, que visam inserir a agricultura familiar no mercado, e promover o desenvolvimento rural sustentável, combatendo a pobreza rural, mantendo a segurança alimentar,

promovendo a sustentabilidade dos sistemas de produção e gerando emprego e renda para os que dependem do trabalho no campo (RIBEIRO e DIAS, 2013).

### 2.5.1 Principais programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) possui um grande compromisso com o interesse público, sendo assim atua em parceria com o governo federal no desenvolvimento de movimentos sociais que promovem a autonomia dos camponeses.

A missão do MDA é promover a política de desenvolvimento rural no Brasil, o acesso democrático a terras, a gestão das propriedades agrárias, a inclusão da produção e a ampliação da renda da agricultura familiar, contribuindo para que a população possua o direito a alimentos nutritivos e adequados bem como para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil (MDA, 2016).

Porém, para que tudo isso seja alcançado, o MDA juntamente com outros órgãos, tem desenvolvido vários programas, dentre os quais estão:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Criado em 1996 devido ao reconhecimento por parte do estado brasileiro da importância econômica e social que a agricultura familiar possui para o país, o Pronaf é um dos programas de maior força e destaque para a agricultura e tem como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. É através dele que os agricultores familiares e assentados da reforma agrária possuem acesso a várias linhas de crédito que apresentam as mais baixas taxas de juros para financiamentos de projetos individuais ou coletivos, facilita a execução das atividades agropecuárias, auxilia na compra de equipamentos, contribuindo para o aumento da renda e melhorias na qualidade de vida no meio rural, além disso, o Pronaf é o tipo de financiamento que possui as menores taxas de inadimplência entre sistemas de crédito no País (HESPANHOL, 2013).

Segundo o MDA (2013), o Pronaf possui várias linhas de financiamentos e algumas delas estão citadas conforme quadro 1.



**Quadro 1 -Linhas de Financiamentos e Especificações**

<b>Classificação do Pronaf</b>	<b>Descrição</b>
Pronaf Custeio	Voltado a atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção;
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços;
Microcrédito Rural	Voltado a agricultores de baixa renda, podendo o crédito cobrir qualquer atividade geradora de renda;
Pronaf Agroecologia	Destinado a financiar investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos;
Pronaf Mulher	Linha de crédito especial para mulheres, destinado a investimentos de propostas de crédito para benfeitorias e instalações na propriedade rural;
Pronaf Eco	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;
Pronaf Agroindústria	Financiamento para infraestrutura visando o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção;
Pronaf Semiárido	Voltado a projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas;
Pronaf Jovem	Voltado a jovens agricultores, com idade entre 16 e 29 anos. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços rurais;
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinado a financiar as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção;
Pronaf Cota-Parte	Investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Fonte: Adaptado de MDA (2013).

O Pronaf tem possibilitado que muitos agricultores que antes não participavam das linhas de financiamentos de crédito rural, passem a fazer parte e beneficiar-se desses recursos, e os recursos disponibilizados através deste programa tem sido crescentes a cada ano.

- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Trata-se de uma política que leva a assistência técnica até as propriedades rurais, proporcionando a melhoria nos processos de trabalho e na qualidade de vida dos agricultores, as parcerias do

MDA com instituições públicas estaduais e privadas garantem o apoio ao agricultor desde o início da Safra até a colocação do produto no mercado, e as atividades buscam através de maiores conhecimentos tecnológicos, garantir o aumento da produtividade e da renda, bem como o maior acesso as políticas públicas pela população rural do país (MDA, 2013).

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Criado em 2003 e operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), este programa é uma das ações do Governo Federal para acabar com a fome no Brasil, garantindo o atendimento a populações que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional, pois com este programa os órgãos públicos podem adquirir alimentos diretamente do produtor rural sem necessitar de licitações, promovendo assim a inclusão social no campo e fortalecendo a agricultura familiar (MDA, 2013).

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Instituído pela Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009, a qual determina que 30% do valor repassado pelo programa devem ser investidos em compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas de rede pública de ensino, os alimentos frescos e de qualidade na alimentação escolar, contribui para o melhor rendimento escolar dos estudantes, garantindo geração de renda aos agricultores, estimulando o desenvolvimento econômico e sustentável local (MDA, 2013).

- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Este programa é destinado a financiar a aquisição de imóveis rurais, facilitando o acesso a terra, prevendo também investimentos em infraestrutura básica para a unidade produtiva, o programa conta com duas linhas de financiamentos sendo o de combate a pobreza rural destinado a regiões e trabalhadores mais pobres, e o de consolidação da agricultura familiar destinado a agricultores familiares que pretende ampliar suas propriedades (MDA, 2013).

- Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária; Desenvolvido para garantir aos agricultores familiares a permanência na terra, através de segurança jurídico da posse do imóvel ao trabalhador, garantindo também o acesso desses trabalhadores às demais políticas públicas desenvolvidas pelo governo como o crédito rural e a assistência técnica (MDA, 2013).

- Programa Terra Forte; Este programa visa por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis apoiar e estimular a agroindustrialização de

assentamentos da reforma agrária de todo o Brasil, valorizando as características regionais e potencialidades locais, buscando o aumento de renda nesses assentamentos, favorecendo o assentamento e a economia local (MDA, 2013).

- Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB); Este programa foi criado para estimular a inclusão social e produtiva de agricultores familiares brasileiros, seu principal objetivo é estimular a produção e consumo de combustível que não sejam provenientes do petróleo, incentivando os agricultores familiares a cultivarem oleaginosas que possam ser utilizadas para fabricação de combustível, esse programa contribui também para que o Brasil reduza a compra de óleo diesel de petróleo de outros países e deixe de exportar grãos in natura. A integração da agricultura familiar nessa cadeia é realizada através de incentivos por parte do MDA à produção de oleaginosas e óleo vegetal que utilizados para produção de um combustível limpo e sem poluentes (MDA, 2013).

- Garantia-Safra (GS); É um seguro destinado a agricultores familiares que apresentarem renda familiar de até 1,5 salários mínimo por mês, voltado a casos de perda de produção devido ao clima como a seca ou excesso de chuvas, para adquirir o seguro o agricultor precisa possuir a DAP, ter feito a adesão ao Garantia-Safra e comprovar perda de ao menos 50% da safra. O Garantia-Safra é constituído por contribuições individuais dos agricultores familiares, pela contribuição dos estados e seus municípios que aderirem ao Programa e por recursos da União, e o valor do subsídio destinado ao município é calculado com base na quantidade de adesões realizadas na localidade (MDA, 2013).

Além dos programas anteriormente citados, o MDA tem desenvolvido outras várias ações voltadas a garantir a alfabetização e maior qualificação à população de áreas assentadas, garantir a cidadania através de emissão de documentos básicos, a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural (MDA, 2013).

Essas políticas públicas são monitoradas pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), que possui a finalidade de monitorar, avaliar e aperfeiçoar todas as políticas de desenvolvimento rural, promovendo estudos e pesquisas referentes, a agricultura familiar, a reforma agrária, a juventude rural e outros aspectos sociais bem como políticos e econômicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável.

O NEAD possui também a função de qualificar os trabalhos técnicos de diversos segmentos do meio rural e ampliar a participação da sociedade nas gestões políticas de reforma agrária promovendo o fortalecimento da agricultura familiar (MDA, 2016).

No entanto, não há dúvidas que as políticas públicas são de extrema importância para o desenvolvimento regional, porém precisa se levar em conta que existem diferenças regionais o que necessita de articulações diversas nas políticas para que dessa forma aumentem-se as chances de se consolidar uma agricultura mais eficiente para todo o país.

### III. METODOLOGIA

O desenvolvimento desta monografia tem como objetivo principal analisar o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais da região de Guarapuava – Paraná, e o objetivo específico é analisar a importância da agricultura familiar e as perspectivas dos filhos em manter-se como sucessores no campo.

A agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento do meio rural no Paraná, e o município de Guarapuava apesar de apresentar estrutura agroindustrial bastante expressiva, possui uma grande representatividade de pequenos produtores, que vem preservando os princípios ideológicos e sociais característicos da agricultura familiar.

Para ampliar o grau de conhecimento e analisar as principais contribuições teóricas acerca do assunto relacionado à agricultura familiar, a pesquisa primeiramente foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico.

Foram utilizadas fontes secundárias como livros, artigos científicos, manuais, revistas, *sites* oficiais entre outros meios que fornecessem os embasamentos teóricos relacionados ao estudo.

Os dados deste estudo foram coletados por meio de pesquisa de campo, buscando levantar fatores que possam contribuir para o entendimento dos processos de decisão de permanência, ou não dos filhos no meio rural.

Marconi e Lakatos (2003) destacam que a pesquisa de campo é:

Aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI E LAKATOS, 2003, p.186).

Esta pesquisa procura determinar quantitativamente características de uma determinada população sendo, portanto de natureza quantitativo-descritiva, classificada como pesquisa do tipo levantamento.

Segundo Heerdt e Leonel (2007), as pesquisas do tipo levantamento podem ser realizadas através de um censo que abrange o universo total de indivíduos que compõe a população (geralmente desenvolvido por órgãos governamentais), ou através de uma amostra, utilizando somente uma parte da população, ou seja, um subconjunto da população.

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo quantitativo-descritiva subdivide-se em quatro tipos de estudo sendo:

a) estudos de verificação de hipótese - são aqueles estudos quantitativo-descritivos que contêm, em seu projeto de pesquisa, hipóteses explícitas que devem ser verificadas [...]. b) estudos de avaliação de programa - consistem nos estudos quantitativo-descritivos que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio, que podem dizer respeito à grande variedade de objetivos, relativos à educação, saúde e outros [...]. c) estudos de descrição de população - são os estudos quantitativo-descritivos que possuem, como função primordial, a exata descrição de certas características quantitativas de populações como um todo, organizações ou outras coletividades específicas [...]. d) estudos de relações de variáveis - são uma forma de estudos quantitativo-descritivos que se referem à descoberta de variáveis pertinentes a determinada questão ou situação, da mesma forma que à descoberta de relações relevantes entre variáveis [...]. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 187-188).

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista estruturada por questionários compostos por perguntas de múltipla escolha, as quais se encontram transcritas nos Apêndices 1 e 2. Sendo que, no Apêndice 1 encontram-se 28 perguntas destinadas aos filhos de agricultores, e no Apêndice 2 encontram-se 24 perguntas destinadas aos pais.

De acordo com Bêrni (2002), as entrevistas estruturadas são realizadas por meio de perguntas e procedimentos de mesmo formato para cada entrevistado, seguindo-se um roteiro com perguntas previamente estabelecidas.

O questionário foi aplicado a uma amostra da população que trabalha com agricultura familiar e que reside na região de Guarapuava – Paraná, entre setembro a outubro de 2017. Segundo o IBGE (2017), a população estimada do município de Guarapuava é de 180.364 habitantes. Dessa forma, para uma amostra mais precisa foi considerado somente a população que possui a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)<sup>3</sup> ativa em 2017, e que são associados da Cooperativa de Crédito Rural Cresol Vale das Araucárias unidade de atendimento de Guarapuava Paraná, sendo então 589 agricultores pessoa física.

---

<sup>3</sup>A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o documento utilizado para identificar o agricultor familiar enquanto ator econômico que desenvolve atividade produtiva no campo, e pode ser adquirido pelo agricultor pessoa física, ou por empreendimentos familiares rurais pessoa jurídica, como: associações, cooperativas, agroindústrias (MDA, 2014).

Com a missão de promover a inclusão social da Agricultura Familiar, o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional, o sistema Cresol desafiou-se em ser e fazer a diferença, inserida no mercado a mais de 20 anos, hoje é referência Nacional e Internacional, sendo a maior cooperativa de Crédito Solidário do Brasil.

Para delimitar a amostragem e para fins de confiabilidade na quantidade de indivíduos a serem pesquisados foi utilizada a fórmula de cálculo amostral a seguir, considerando o erro amostral de 10% (que é a diferença entre um resultado amostral e o verdadeiro resultado populacional) e a probabilidade de acerto de 90%.

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \quad \text{onde} \quad n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Em que:

N é o número de elementos da população

n é o tamanho da amostra

$n_0$  é a primeira aproximação do tamanho da amostra

$E_0$  é o erro amostral tolerável

A partir da equação obtêm-se:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \rightarrow n_0 = \frac{1}{(0,10)^2} \rightarrow n_0 = 100$$

Como o número de elementos (N) é conhecido, então:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \rightarrow n = \frac{589 \cdot 100}{589 + 100} \rightarrow n = \frac{58900}{689} \rightarrow n = 85,5$$

Por se tratar de população arredonda-se (n) para 86, portanto, após incluir os dados na fórmula observa-se que desse total de 589 agricultores, e para que a amostra seja representativa deverão ser entrevistados 86 agricultores familiares.

Como a pesquisa refere-se à sucessão familiar e foram desenvolvidos dois questionários distintos, sendo um destinado aos pais e outro destinado aos filhos, foram entrevistados 86 agricultores e 86 filhos de agricultores.

Devido à extensão territorial, e a força que o sistema Cresol possui como referência da agricultura familiar, o estudo foi delimitado para os associados da Cooperativa de Crédito Rural Cresol Vale das Araucárias, unidade de atendimento de Guarapuava, e a seleção dos entrevistados se deu por amostragem probabilística aleatória simples, método que segundo Antunes (2011), é o processo de seleção de elementos de uma amostragem em que todos possuem a mesma probabilidade de serem escolhidos, ou seja, os elementos são equiprováveis.



## **IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa de campo, realizada mediante aplicação dos questionários aos agricultores associados e filhos de agricultores associados.

Os questionários foram aplicados no período de setembro a outubro de 2017, na Unidade de Atendimento Cresol Guarapuava e também por meio de visitas nas propriedades dos associados.

A primeira parte apresenta os resultados obtidos pelos questionários aplicados aos filhos dos associados, em que foram entrevistados 86 filhos, e a segunda parte apresenta os resultados obtidos pelos questionários aplicados aos associados. Muitos dos resultados obtidos serão apresentados graficamente.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 170):

[...] Tabelas ou Quadros: é um método estatístico sistemático, de apresentar os dados em colunas verticais ou -fileiras horizontais, que obedece à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa [...]. Gráficos. São figuras que servem para a representação dos dados [...]. Utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão. Em geral, são empregados para dar destaque a certas relações significativas.

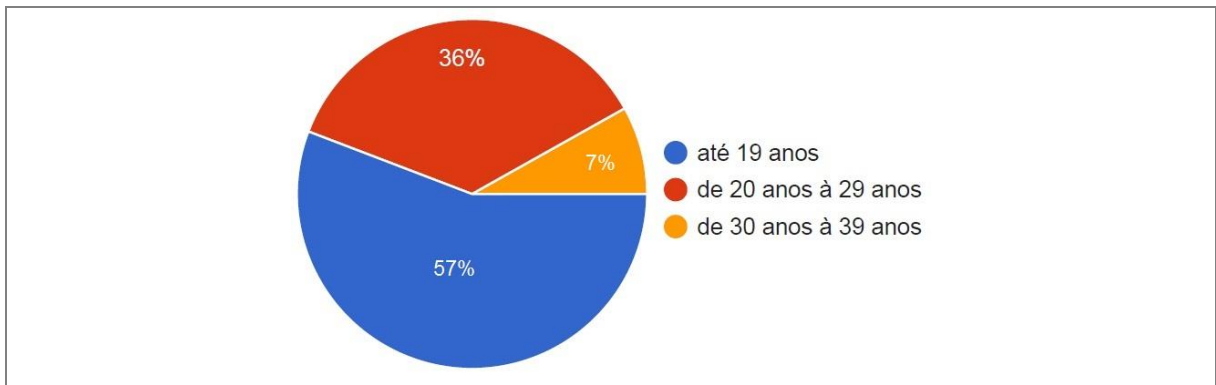
Deste modo os gráficos e quadros apresentarão um conhecimento da real e atual situação relacionada a agricultura familiar, o que permite identificar a posição dos filhos com relação a sua futura permanência no campo assim como quais as possíveis ações necessárias para esta permanência.

### **4.1 A visão dos filhos de agricultores em relação a agricultura familiar na região de Guarapuava PR**

#### **4.1.1 Perfil dos entrevistados filhos dos associados**

Para identificar o perfil dos entrevistados filhos de associados foram utilizados os dados mais relevantes extraídos das perguntas 1 à 6 do questionário (Apêndice

1), em que foram entrevistados 86 filhos. Analisando primeiramente, a distribuição dos entrevistados com relação a idade.

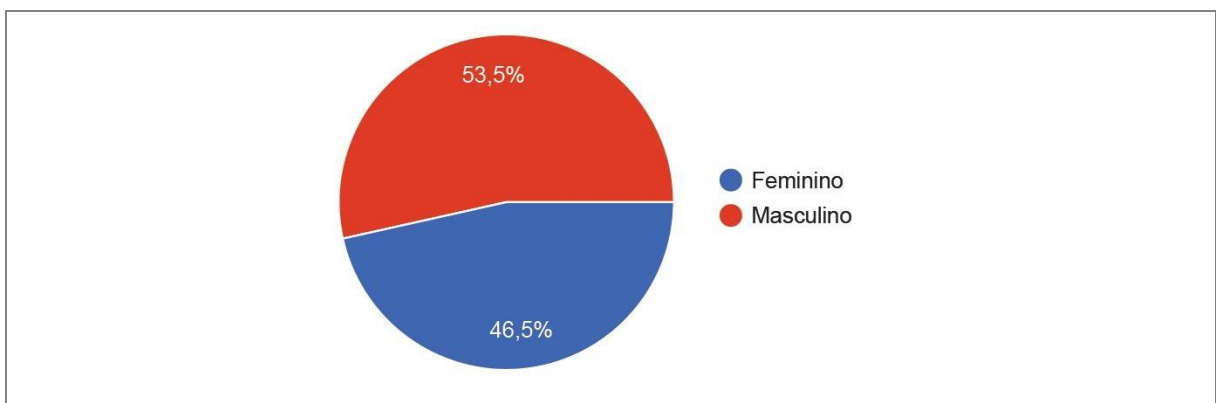


**Figura 2 - Idade dos filhos entrevistados**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

A partir da Figura 2, pode-se observar que a maioria dos entrevistados tem idade igual ou inferior a 19 anos, representando 57% do total de entrevistados, ou seja, do total de 86, 49 possuem idade até 19 anos, em seguida estão aqueles que correspondem a faixa etária entre 20 e 29 anos de idade representando 36% dos entrevistados, sendo 31 pessoas. Os demais entrevistados apresentaram idade entre 30 e 39 anos sendo 7% do total, ou seja, 6 pessoas.

A seguir os entrevistados estão classificados por gênero.

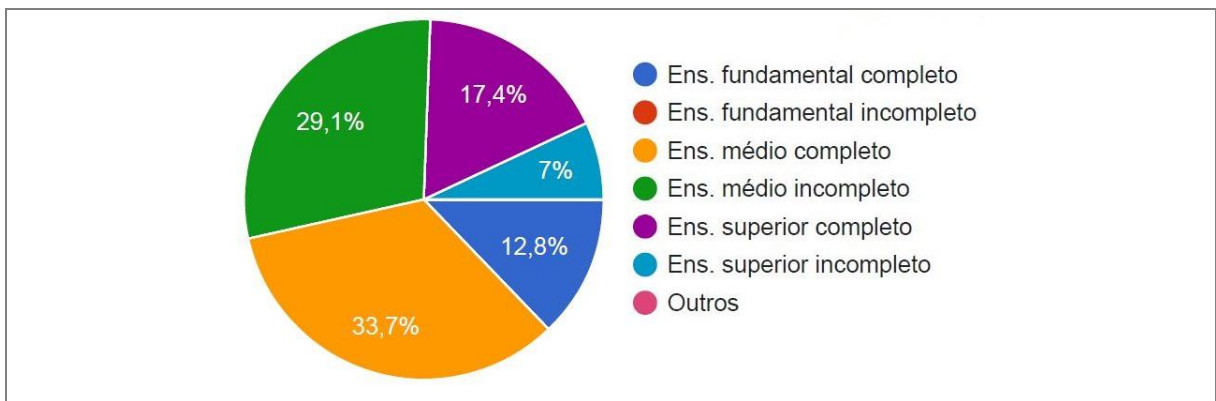


**Figura 3 - Gênero dos filhos entrevistados**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

A Figura 3 comprova a igualdade de gênero existente na agricultura familiar, onde 53,5% dos entrevistados correspondem ao gênero masculino e 46,5% correspondem ao gênero feminino, sendo então 46 homens e 40 mulheres que foram entrevistados.

Ainda com relação ao perfil dos entrevistados, sobre o estado civil, 76,7% deles são solteiros, 22,1% casados e 1,2% classificados como outros. Desse total de 86 entrevistados 80,2% não tem filhos, 17,4% tem de 1 a 2 filhos e 2,4% tem de 3 a 4 filhos. Pode-se observar que a ausência de filhos está bastante relacionada com a idade e com o estado civil, visto que a maioria dos entrevistados tem até 19 anos e ainda é solteiro. A Figura 4 mostra o grau de escolaridade desses entrevistados.



**Figura 4 - Grau de escolaridade dos filhos entrevistados**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

O grau de escolaridade dos entrevistados está mais concentrado no ensino médio completo e incompleto, sendo 33,7% e 29,1% respectivamente, isso se dá também devido idade da maioria dos entrevistados, os quais estão dentro da faixa de idade considerada adequada para conclusão do ensino médio, sendo 19 anos. Além disso, 17,4% dos entrevistados já possuem curso superior completo e 7% a concluir, apenas 12,8% dos entrevistados possuem somente ensino fundamental completo.

#### 4.1.2 Informações referente a moradia dos entrevistados

Os quadros apresentados na sequência contêm informações relacionadas a parte da propriedade rural dos entrevistados:

#### Quadro 2 - Tipo de propriedade que reside

Propriedade dos pais	Proprietário por herança	Assentamento	Compra de terceiros	Arrendada	Outros
74,4%	15,1%	3,5%	2,3%	0%	4,7%

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

### Quadro 3 - Tamanho da propriedade em hectares

Até 5ha	De 5ha à 15ha	De 15ha à 30ha	Acima de 30ha
43%	19,8%	17,4%	19,8%

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

### Quadro 4 - Principal fonte de renda da família

Toda renda vem da agricultura	Parte da agricultura e parte de outros serviços fora da propriedade	Toda renda vem de fora da propriedade, a agricultura é apenas para subsistência	A renda vem da agricultura e é complementada com benefícios sociais	Outros
39,5%	38,4%	10,5%	3,5%	8,1%

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

### Quadro 5 - Principal cultura explorada na propriedade

Leite	Soja	Milho	Frutas e hortaliças	Feijão	Erva Mate	Outros
43%	15,1%	14%	11,6%	5,8%	3,5%	7%

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Com base no quadro 2, observa-se que a maioria dos entrevistados residem em propriedade dos pais sendo um total de 74,4% dos entrevistados, e 43% desses relatam que as propriedades possuem até 5 hectares (quadro 3), ou seja, até 50 mil metros quadrados e a maior parte da renda familiar vem somente da produção dessas propriedades, sendo 39,5% conforme quadro 4.

Com relação a cultura explorada nas propriedades, todos os entrevistados responderam que não trabalham somente com uma única atividade.

As produções agrícolas são bastante diversificadas, porém destacou-se a atividade da pecuária leiteira com 43% (quadro 5), a qual é sempre complementada com outra atividade sendo soja, milho entre outros.

#### 4.1.3 Informações referente a participação dos filhos entrevistados nas atividades da propriedade familiar

Ao perguntar aos entrevistados se participam das atividades na propriedade familiar, 78% dos entrevistados responderam que sim, desse total 44,2% participa de todas as atividades exercidas na propriedade, 31,4% participa somente de algumas das atividades e 2,3% além de trabalhar nas atividades da propriedade possui uma área para o próprio plantio, do total de entrevistados 22,1% não participa

de nenhuma das atividades na propriedade. A pergunta sobre se gostam de morar no meio rural e de estarem envolvidos com as atividades no campo 93% respondeu que sim e apenas 7% responderam não.

A Figura 5 apresenta o motivo pelo qual os entrevistados trabalham na agricultura.



**Figura 5 - Motivo pelo qual trabalha na agricultura**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Com relação a Figura 5, a maioria dos entrevistados trabalha na agricultura porque gosta sendo 38,4%, dado importante para o futuro dessa geração visto que está cada vez mais difícil sua permanência no campo, os motivos menos citados pelos entrevistados foram: por falta de sucessor e por falta de opção com 1,2% e 2,3% respectivamente.

Ainda referente a participação desses nas propriedades foi perguntado se eles possuem autonomia para tomada de decisão nas atividades; 54,7% responderam que sim, têm autonomia, e 45,3% não possuem autonomia, questão que também influencia em sua permanência no campo.

Do total de entrevistados, 80,2% recebem incentivos dos pais para permanecer no campo e 19,8% não recebem incentivos. Sobre a satisfação com relação a esses incentivos, 51,2% sentem-se satisfeitos com os incentivos de seus familiares; 23,3% estão muito satisfeitos; 15,1% indiferentes aos incentivos; 8,1% pouco satisfeitos e apenas 2,3% não estão satisfeitos com os incentivos.

No entanto, 74,5% dos entrevistados possuem certo grau de satisfação com relação aos incentivos que recebem de seus familiares, incentivos estes que vão desde o ensinamento aos seus filhos sobre a importância da agricultura para o desenvolvimento local e sua participação na economia, as atividades na prática, e o

acompanhamento e participação em projetos já existentes destinados aos mais jovens, condição bastante significativa, visto que o incentivo é um dos inúmeros fatores que favorecem para que os filhos se sintam motivados para permanecerem com as atividades no campo.

#### 4.1.4 Informações referente a futura permanência dos entrevistados no campo

Ao serem perguntados se pretendem continuar com as atividades no campo 65,1% responderam que sim, e 34,9% não pretendem continuar no campo e sim mudar-se para cidade, os motivos pelo qual pretendem mudar foram bastante diversificados conforme mostra a Figura 6.



**Figura 6 - Motivo para trocar o campo pela cidade**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Pode-se observar que a maioria deles que respondem que pretende mudar-se para a cidade é em decorrência das dificuldades encontradas em relação aos estudos, pois 31,3% deles pretendem ir para as cidades para estudar. Destaca-se que na zona rural normalmente as instituições de ensino ficam muito longe das residências e as condições das estradas dificultam o acesso, além de que na maioria das vezes não existem instituições de ensino superior nessas localidades, apenas de educação básica.

Foi perguntado também para os 86 entrevistados se tivessem a oportunidade de estudar e capacitar-se na cidade, se voltariam para o campo. Dentre eles 82,6% responderam que sim, voltariam para atividades do campo, pois com mais estudos e mais capacitação poderiam exercer melhor suas atividades e assim melhorar a

produção e renda da família, apenas 17,4 % responderam que não voltariam para o campo.

Com relação a sucessão, 72,1% dos entrevistados pretendem ser sucessores de seus pais e 27,9% não. Ao perguntar se participam de algum curso ou projeto de capacitação voltado a agricultura familiar, 53,5% responderam que sim e 46,5% responderam que não. Vários desses cursos e projetos são desenvolvidos pela Cooperativa de Crédito Rural Cresol, com o intuito de fortalecer o cooperativismo e o desenvolvimento local sustentável, articulando iniciativas que proporcionem uma maior proximidade dos filhos com a agricultura familiar para que os mesmos possam entender a importância dessa atividade, que diariamente traz o alimento necessário para o sustento de toda população brasileira.

Ainda relacionado a permanência dos entrevistados na agricultura familiar foram realizadas mais três perguntas.



**Figura 7 - Motivo pelo qual os filhos estão deixando o campo e migrando para as cidades**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

As respostas dos entrevistados com relação ao motivo pelo qual a maioria deixa o campo e muda-se para as cidades foram bastante diversificadas. Porém, conforme Figura 7 a maioria, ou seja, 40,7% respondeu que vai a busca de atividades assalariadas e renda fixa, pois muitos dos que trabalham nas propriedades familiares não recebem nada pelos serviços realizados e dependem muito de seus pais.

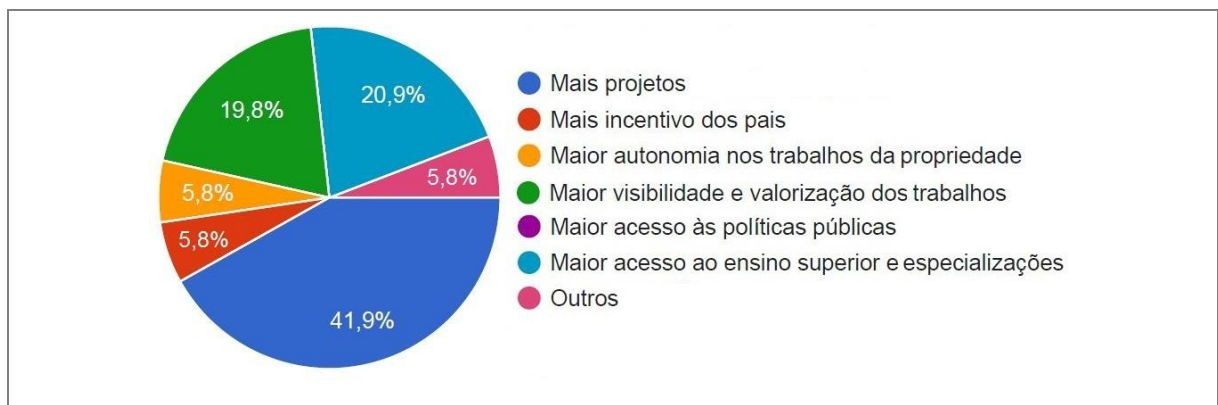
Assim, além de trabalhar na propriedade, para que possam ter uma renda precisam trabalhar fora da propriedade familiar, pois ao perguntar aos entrevistados como fazem para pagar suas despesas com atividades de lazer, 34,9%

responderam que trabalham fora da propriedade e 29,1% responderam que pedem dinheiro aos pais, totalizando 64% dos entrevistados, apenas 24,5% dos entrevistados recebem algum valor pelas atividades exercidas e 11,6% pagam suas despesas de alguma outra forma que não foi mencionada na entrevista.

Além dos entrevistados pretenderem mudar-se para a cidade para ter renda fixa, 20,9% dos entrevistados pretende mudar-se para ter mais acesso ao ensino superior e a cursos de especialização, principalmente com relação ao ensino superior, pois no campo a maioria das instituições não possui curso superior. Dessa forma, eles precisam deslocar-se todos os dias até a cidade mais próxima para estudar o que acaba sendo muito desgastante e cansativo, com isso consideram que morando mais próximo das instituições conseguem ter um maior aprendizado e maior aproveitamento do tempo.

Ainda 15,1% dos entrevistados responderam que as instabilidades no campo também é um fator que provoca a migração dos filhos para as cidades, pois muitas das atividades dependem do clima, do mercado, entre outras condições que influenciam muito na produção e comercialização, tornando suas atividades muito instáveis, dessa forma não tem como planejar um futuro seguro.

A Figura 8 demonstra a opinião dos entrevistados sobre os fatores necessários para que os mesmos permaneçam no campo.



**Figura 8 - Motivo para que os entrevistados permaneçam no meio rural**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

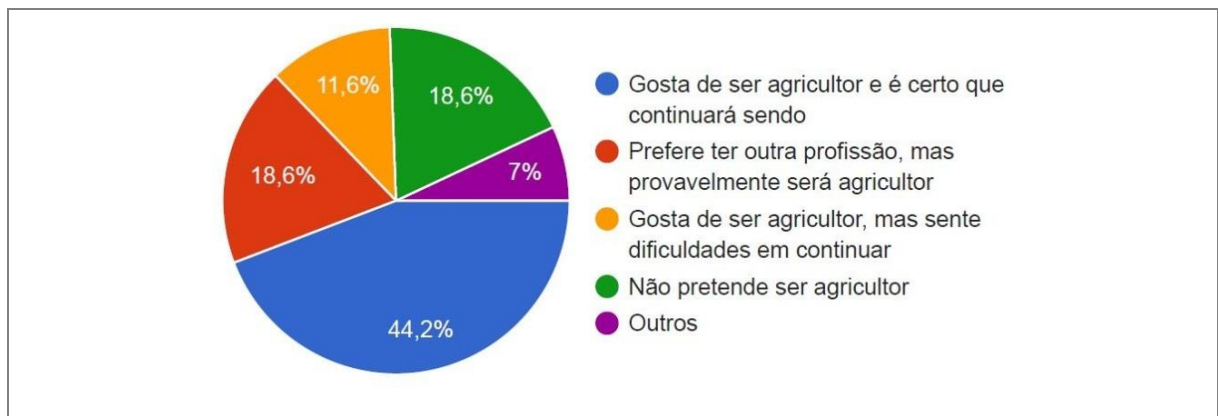
Observa-se na Figura 8 que a maior necessidade para mantê-los no campo é de mais projetos voltados aos filhos dos agricultores, 41,9% dos entrevistados responderam que se existissem mais projetos voltados ao enfrentamento da vulnerabilidade da juventude no campo e mais projetos que garantam suas



condições de permanência, com certeza esses terão mais segurança para continuar com as atividades no meio rural.

Além disso, 20,9% dos entrevistados informam que a permanência dos mais jovens no campo também depende de maior acesso ao ensino superior e especializações e 19,8% informaram que a maior visibilidade e valorização dos trabalhos também é um fator bastante significativo, pois ainda existe bastante resistência em relação as atividades rurais e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento local e regional.

A Figura 9 retrata a opinião dos entrevistados em relação ao seu futuro no campo.



**Figura 9 - Opinião dos entrevistados quanto ao seu futuro na agricultura**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

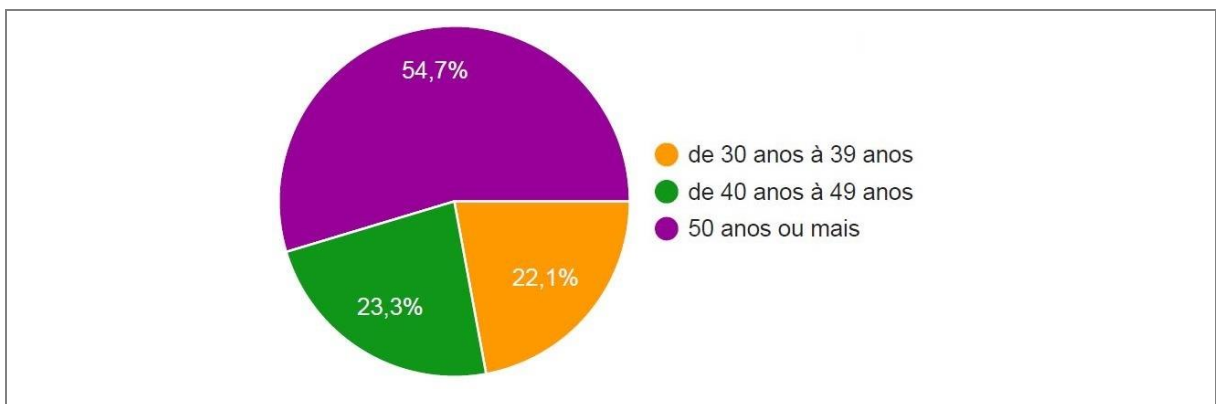
Mesmo diante de todas as dificuldades que o meio rural vem enfrentando, pode-se ver na Figura 9, que os entrevistados ainda estão dispostos a seguir com as atividades no campo, pois 44,2% dos entrevistados relataram que gostam de ser agricultores e com certeza continuarão sendo, 18,6% preferem ter outra profissão, porém para dar continuidade na propriedade familiar continuará com as atividades no campo, 11,6% informaram que gostam de ser agricultores, porém, sentem certa dificuldade em continuar.

Do total dos entrevistados apenas 18,6 % não pretendem continuar com as atividades herdadas de seus familiares, 7% ainda não decidiram nada com relação a seu futuro no campo.

## 4.2 A visão dos pais em relação a agricultura familiar na região de Guarapuava

### 4.2.1 Perfil dos pais entrevistados

Para identificar o perfil dos pais entrevistados foram utilizados os dados mais relevantes extraídos das perguntas 1 à 6 do questionário (Apêndice 2), em que foram entrevistados 86 pais agricultores, analisando primeiramente a distribuição dos entrevistados com relação a idade.

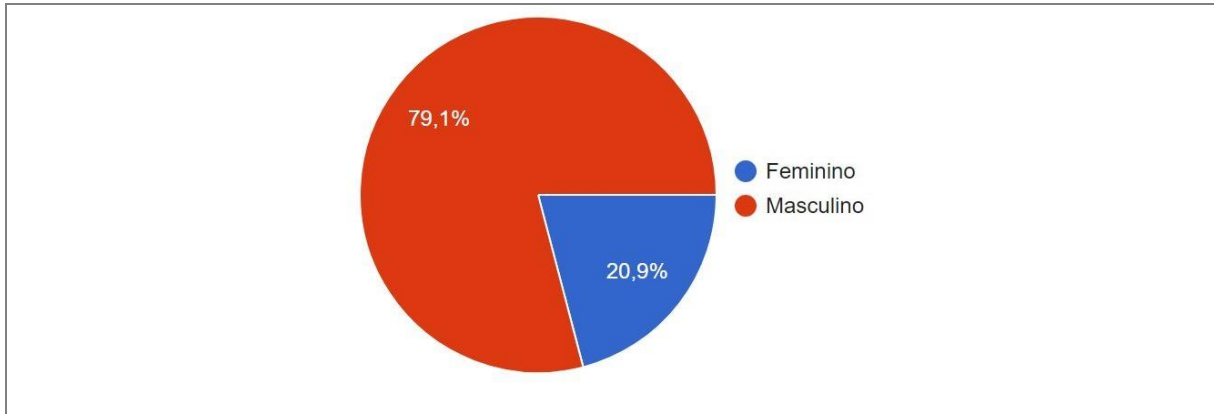


**Figura 10 - Idade dos pais agricultores**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Observa-se na Figura 10 que a maioria dos pais possuem idade igual ou superior a 50 anos, representando 54,7% do total de entrevistados, ou seja, do total de 86 pais 47 têm 50 anos ou mais, em seguida estão os pais que correspondem à faixa etária entre 40 e 49 anos de idade, representando 23,3% dos entrevistados, sendo 20 pessoas. Os demais entrevistados apresentaram idade entre 30 e 39 anos, sendo 22,1% do total, ou seja, 19 pessoas.

Na sequência os entrevistados estão classificados por gênero.



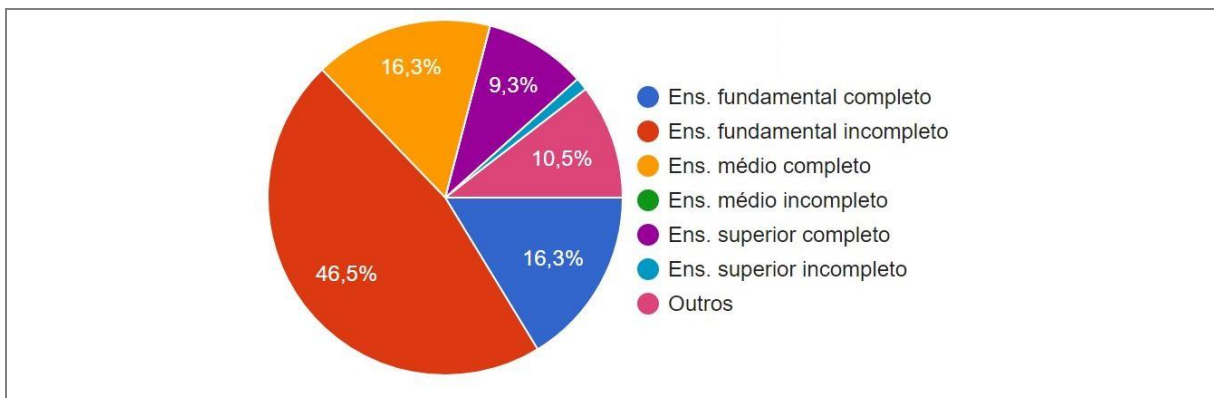
**Figura 11 - Gênero dos pais agricultores**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Percebe-se pela Figura 10 que a maioria dos entrevistados é do gênero masculino representando 79,1% do total, contra 20,9% do gênero feminino. No entanto, isso está atrelado a idade visto que a maioria possuem mais de 50 anos e a participação feminina no mercado de trabalho ocorreu de forma progressiva e gradual, até a chegada dos dias atuais em que a mulher tem uma maior importância e participação em vários ramos da economia, realidade esta que pode ser comprovada pela Figura 2, em que o percentual de mulheres filhas entrevistadas foi muito mais significativo.

Do total de entrevistados, 43% possuem de 1 a 2 filhos, 32,6% possuem de 3 a 4 filhos, 47,4% possuem acima de 4 filhos e apenas 7% dos entrevistados não possuem filhos, ou seja, 93% dos entrevistados possuem ao menos um filho para quem possa repassar a sucessão da agricultura familiar, e aos que não possuem filhos relataram que futuramente pretendem vender suas terras.

A Figura 12 apresenta a formação escolar dos entrevistados.



**Figura 12 - Grau de escolaridade dos pais**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Observa-se que a escolaridade dos pais é bastante inferior à dos filhos, pois 46,5% dos pais possuem ensino fundamental incompleto, 16,3% possuem ensino fundamental completo, 16,3% possuem ensino médio completo, somente 9,3% possuem ensino superior completo o que totaliza apenas 8 pessoas das 86 entrevistadas, 1 pessoa possui ensino superior incompleto e 10,5% dos entrevistados responderam outros, ou seja, são analfabetos funcionais ou totalmente analfabetos.

#### 4.2.2 Informações referente a moradia dos pais entrevistados

Do total de entrevistados 52,3% residem em propriedades recebidas como herança dos pais, e a maioria das propriedades possui um tamanho de até 5 hectares, totalizando 42% em que a principal cultura explorada é a atividade pecuária leiteira, acompanhada de diversas outras atividades.

A maioria dos agricultores trabalha com mais de uma cultura na propriedade, pois a diversificação da produção apesar de trazer mais benefícios financeiros, é uma forma de se prevenir dos prejuízos causados por diversas condições climáticas, por pragas ou quedas no preço, com isso tem maior garantia de renda e ficam menos vulneráveis aos imprevistos.

Ainda com relação a moradia no campo, foi perguntado aos entrevistados se já pensou em mudar-se para a cidade, 67,4% responderam não e 32,6% responderam sim. Dos que responderam sim, 39,3% informaram que iriam para a cidade em busca de uma vida melhor, 21,4% devido a falta de alternativas no campo e 17,9% para trabalhar em outra atividade que não fosse tão exaustiva, 14,3% em busca de instabilidade financeira e apenas 7,1% para estudar.

#### 4.2.3 Informações referente a participação de seus filhos nas atividades da propriedade familiar

Ao perguntar aos pais se gostam que seus filhos estejam envolvidos com a agricultura familiar e se os incentivam para permanecerem na propriedade como

seus sucessores, 82,6% responderam sim e 17,4% responderam não. Com relação a liberdade para expor ideias, 55,8% dos entrevistados informaram que seus filhos possuem liberdade, e 44,2 % responderam não possuem liberdade.

Na sequência foi perguntado se os pais costumam atender as ideias e opiniões de seus filhos. A Figura 13 demonstra essa questão e o motivo pelo qual costuma atender ou não as ideias e opiniões de seus filhos.



**Figura 13 - Você costuma atender as ideias e opiniões de seus filhos?**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Segundo informações da Figura 13, 53,5% dos entrevistados relatam que sim, costumam atender as ideias e opiniões de seus filhos. Sendo que desse total 27,9% disseram que consideram importante que todos os familiares inclusive os filhos participem nas decisões referente as atividades na propriedade e 25,6% disseram que esta é uma das formas de incentivá-los a permanecerem na agricultura, pois assim eles se sentem importantes, mais responsáveis e envolvidos com a propriedade.

Ainda do total de entrevistados 22,1% relataram que somente as vezes aceitam as ideias e opiniões de seus filhos, pois consideram que os filhos são muito novos e não possuem conhecimento e experiências suficientes para opinar nas atividades da propriedade, e 24,4% responderam que em nenhum momento atendem as ideias e opiniões de seus filhos, pois quem toma todas as decisões na propriedade é somente o patriarca da família.

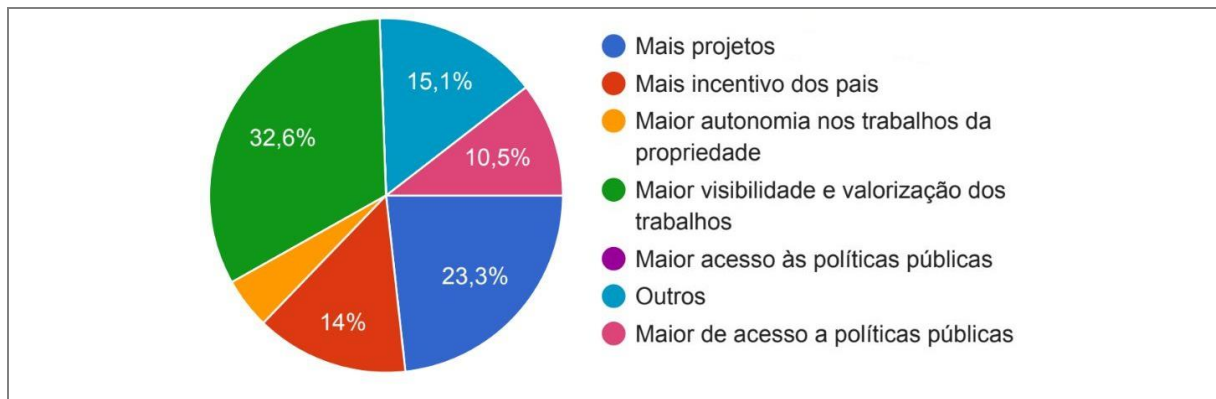
#### 4.2.4 Informações sobre a opinião dos pais referente a futura permanência dos filhos no campo

Ao perguntar aos pais em relação ao futuro de seus filhos nas atividades do campo, se em sua opinião seus filhos continuarão como seu sucessor na agricultura familiar, 66,3% dos entrevistados responderam sim e 33,7% responderam não.

Em seguida, foi perguntado se desenvolvem alguma preparação familiar para o processo sucessório e 67,4% responderam sim e 32,6% responderam não.

Os entrevistados que responderam sim, informaram que já vem preparando seus filhos para que possam ser seus sucessores, desejando-lhes um futuro melhor que o seu, contemplando-lhes a oportunidade de concluir seus estudos, explicando a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento, ensinando-lhes as atividades, dando-lhe autonomia na gestão da propriedade e incentivando-os a participar de projetos e ações voltadas ao progresso da agricultura familiar na região, pois o desafio de preparar os filhos para assumir o lugar de seus pais torna-se cada vez maior e é necessário que as novas gerações estejam interessadas em assumir esse papel.

A seguir a Figura 14 retrata a opinião dos pais sobre os fatores necessários para que os filhos permaneçam com as atividades da agricultura familiar.



**Figura 14 - Motivos para que os filhos permaneçam no meio rural**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Pode-se verificar através da Figura 14, que 32,6% dos entrevistados identificaram como necessidade principal a maior visibilidade e valorização dos trabalhos.

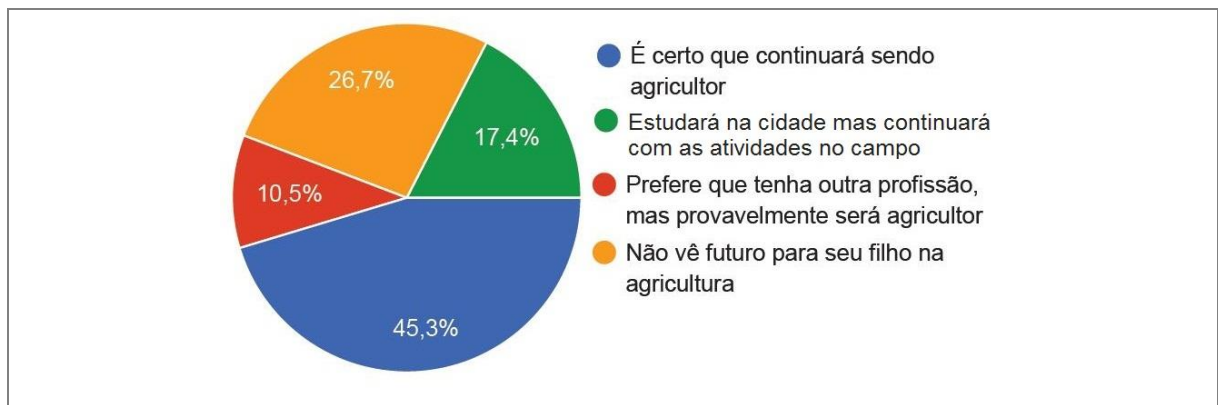
No ponto vista desses entrevistados, os filhos ao perceberem que este setor não está sendo devidamente valorizado acabam por procurar outras atividades de maior visibilidade, com isso acabam se distanciando da vida no campo, assim,

23,3% relatam que são necessários mais projetos de apoio a agricultura familiar e que assegurem aos filhos uma maior estabilidade no campo;

Do total de entrevistados, 14% consideram que o incentivo dos pais também é de grande valia para a permanência dos filhos no meio rural, pois se os pais demonstrarem sua satisfação e as alternativas disponíveis para que a vida no campo seja atrativa e confortável, os filhos terão muito mais entusiasmo para seguir os passos da família; 10,5% consideram que apesar de possuir várias políticas públicas destinadas ao setor agrícolas, estes acreditam que as mesmas não são suficientes para atrair o interesse dos filhos em permanecerem no campo.

E ainda 4,5% consideram que os filhos precisam de mais autonomia nas atividades da propriedade, pois algumas famílias ainda vivenciam o sistema em que apenas o pai possui autonomia de decisão nas propriedades o que acaba por desestimular os filhos que estão interessados em interagir em relação as atividades familiares, e 15,1% responderam outras condições além das demais mencionadas.

Ainda referente a opinião dos pais sobre o futuro de seus filhos na agricultura, a Figura 15 apresenta qual a visão que os mesmos têm sobre essa questão.



**Figura 15 - Visão dos pais sobre o futuro de seus filhos no campo**

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo

Diante de todas as questões levantadas no decorrer das entrevistas, pode-se observar que os pais estão bastante preocupados com relação a sucessão da agricultura familiar.

Ao serem perguntados sobre sua visão em relação ao futuro de seus filhos no meio rural, 45,3% dos entrevistados responderam que de acordo com os incentivos e preparações que vem desenvolvendo junto de seus filhos, é certo que estes

continuarão com as atividades agrícolas; 17,4% informaram que seus filhos irão estudar fora para adquirir maiores conhecimentos e aperfeiçoamentos na área, mas continuarão com as atividades no campo; 10,5% preferem que seus filhos tenham outra profissão, porém ao menos um filho provavelmente continuará sendo agricultor para dar seguimento a propriedade da família, e 26,7% dos entrevistados não vêem futuro para seus filhos na agricultura principalmente devido a instabilidade do setor.

Do total de 172 entrevistados, 129 eram pais e filhos, ou seja, de mesma família, e tanto na opinião dos pais como dos filhos, aproximadamente 73% dos pais terão um sucessor para dar continuidade nas atividades da agricultura familiar. Percebe-se assim, que mesmo com todas as dificuldades encontradas no campo e com o grande índice de evasão rural, existe uma parcela bastante significativa de filhos que serão sucessores de seus familiares, reafirmando assim a importância e a participação da agricultura familiar no setor econômico brasileiro.



## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a agricultura familiar é responsável por desenvolver uma diversificação de culturas, produzindo cerca de 90% dos alimentos que são consumidos pela população brasileira, não há dúvida que este setor é de extrema importância para o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, os desafios e incertezas vivenciados no meio rural são imensos, em especial a questão da sucessão familiar, tema este que vem preocupando cada vez mais, principalmente os pequenos produtores rurais, pois as novas gerações apresentam-se relutantes em permanecerem no campo.

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais da região de Guarapuava, a importância da agricultura familiar e as perspectivas dos filhos em manter-se como sucessores no campo.

Para fins de aprofundamento do assunto, primeiramente a pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e os dados foram coletados através de pesquisa de campo com aplicação de questionários aos agricultores estudados.

Os resultados demonstraram que a maioria dos filhos analisados está na faixa etária entre 15 e 19 anos, solteiros, sem filhos, e já possuem uma melhor escolaridade que seus pais, os quais apresentaram em maioria uma faixa etária de 50 anos ou mais, casados, com ao menos um filho e com escolaridade básica.

Através dos resultados também se pode identificar uma maior igualdade de gênero entre os filhos, pois a diferença de entrevistados do gênero feminino e masculino foi de apenas 3,5%, dado bastante expressivo se comparado aos pais entrevistados em que prevaleceu o gênero masculino uma vez que no passado as mulheres não tinham as mesmas oportunidades que os homens, mas com o passar do tempo a figura feminina vem conquistando um espaço mais efetivo na agricultura.

A maioria dos filhos reside em propriedades dos pais, os quais as herdaram de seus familiares. Grande parte dessas propriedades possui no máximo 5 hectares, tendo como principal atividade a pecuária leiteira, explorada principalmente através de sistema extensivo, em que os animais são criados soltos e tratados principalmente por pastagens naturais, o que exige poucos investimentos e traz bons retornos a família.

A participação dos filhos nas atividades das propriedades é bastante significativa, a maioria deles participa em todas as tarefas e gosta de morar no campo e estar envolvida com a agricultura. Muitos disseram que recebem incentivos de seus pais e pretendem sim serem seus sucessores.

Porém, cerca de 20% dos entrevistados não pretendem continuar na agricultura, e o motivo mais citado foi a questão da educação, pois já estão percebendo as dificuldades enfrentadas por seus colegas que precisam passar um longo período de tempo nas estradas, deslocando-se de suas localidades até a cidade mais próxima para poder cursar o ensino superior ou até mesmo cursos de especialização, devido a inexistência de uma instituição nas proximidades destinadas a este fim.

Com isso acaba ocorrendo um desgaste de ir e vir todos os dias, fazendo com que os filhos dos agricultores mais jovens tenham a preferência em morar na cidade facilitando assim seu deslocamento. Os pais se preocupam com essa questão, pois muitos dos filhos que mudam-se para as cidades para estudar acabam não voltando para o campo o que acaba afetando a sucessão familiar.

Outro fator que na opinião dos filhos é bastante expressivo para a migração campo-cidade é a busca por atividade assalariada e renda fixa, pois em decorrência das intempéries da natureza, da desvalorização da produção, do alto custo e várias outras condições, os rendimentos do produtor acabam sendo muito instáveis e assim preferem buscar uma atividade com carga horária fixa e renda certa.

Essa migração campo-cidade muitas vezes acaba se tornando uma ilusão aos filhos dos agricultores, pois além de prejudicar a sucessão da agricultura, acaba ocasionando também aglomerações nos centros urbanos, trazendo várias consequências como o excesso de mão de obra e assim sua desvalorização, e os filhos se vêem sujeitos a voltar para junto de seus familiares.

No entanto, na opinião dos filhos entrevistados, para estimulá-los a manter-se no campo, necessita-se de mais projetos, que desenvolvam maiores condições de educação continuada, visando à formação, qualificações voltadas ao empreendedorismo e administração rural, fortalecimento e melhoria das práticas agrícolas promovendo uma melhor qualidade de vida e saúde, maior acesso às tecnologias, informações, lazer e cultura, pois permanecer no meio rural deve ser uma escolha e não apenas uma obrigação para seguir as tradições familiares.

Neste sentido, pode-se dizer que a hipótese levantada no início da pesquisa é verdadeira, pois os filhos demonstram sim a necessidade de novas alternativas que fortaleçam sua permanência no campo, pois com a formação de filhos de agricultores capacitados a conduzir e gerenciar as atividades da propriedade, a agricultura familiar ganhará forças para seguir alimentando cada vez mais a população brasileira.

Portanto, pode-se concluir que mediante a pesquisa realizada e dos resultados obtidos, os questionamentos propostos foram respondidos, e que foi importante identificar a posição dos filhos de agricultores rurais da região de Guarapuava com relação à sucessão familiar.

Assim sendo, os resultados confirmaram que o processo de sucessão familiar na agricultura é bastante complexo, precisa ser planejado, considerando um conjunto de fatores que venham a fornecer mais segurança e estabilidade aos filhos, futuros sucessores, e diante dos aspectos levantados, observa-se que a maioria dos filhos está interessada em ser sucessora, desde que estes sejam amparados por projetos e ações que lhes assegurem um futuro promissor na agricultura familiar.

## VI. REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu. Nova evidências sobre a migração rural-urbana. In: GOMES, M.F.M.; COSTA, F. A. (Ed). (Des). **Equilíbrio econômico & agronegócio**. Viçosa: 1999.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. **O futuro ameaçado**: O mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. Ensaio FEE, Porto Alegre: v. 26, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Amostragem aleatória simples**. Sondagens e Estudos de Opinião. 2011. Disponível em: <<https://sondagenseestudosdeopinioao.wordpress.com/amostragem/amostras-probabilisticas-e-nao-probabilisticas/amostragem-aleatoria-simples/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

BÊRNI, Duílio de Ávila. **Técnicas de pesquisa em economia**: Transformando Curiosidade em Conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF, jul. 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009**. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, DF, jun. 2009.

BRASIL. **Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra. Brasília, DF, nov. 1964.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Casa Civil. **Agricultura familiar e do desenvolvimento agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-é-agricultura-familiar>>. 2016. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Casa Civil. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>> Acesso em: 27 mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Casa Civil. **Políticas públicas para agricultura familiar**. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM – MDA. Outubro, 2013.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO Zander. Editores técnicos. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 1182 p, 2014.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CHRISTEN, Rafaela Souza; **Sucessão, masculinização, envelhecimento e educação na agricultura familiar**. Qual a influência desses fatores no êxodo rural? Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro, Guarapuava, 2016.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea**. 1945-2010. 2. ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Instituto Agrônômico do Paraná. Londrina: v. 1, 2002.

HEERDT, Mauri Luiz; LEONEL Vilson. **Metodologia científica e da pesquisa**: livro didático 5. ed., rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2007. 266 p.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Programa de aquisição de alimentos**: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo: 2013.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. **Coletiva de imprensa de pré-lançamento**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000029192304162017231503385589.04>> >. Acesso em: 21 abr. 2017.

IBGE. **População estimada 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/prudentopolis/panorama>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: O Brasil redescoberto. Projeto de cooperação INCRA/FAO. Brasília, 2000.

IPARDES. **Censo agropecuário do IBGE põe no cenário nacional agricultura familiar**. 2009. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_noticia=205](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=205)> Acesso em: 21 abr. 2017.

IPARDES. **Perfil avançado dos municípios**. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=29](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29)>. Acesso em: 21 abr. 2017.

IPEA. **Agricultura - Agricultura em família**. Desafios do desenvolvimento. A revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 8. ed. 2011 Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2512:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2512:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em 02 jun. 2017.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. ed. 2, Campinas: Unicamp, 1997.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós guerra: o caso do Brasil**. Fórum BNB de Desenvolvimento – XIV Encontro Regional de Economia. 2009.

LIMA, Dalmò M de Albuquerque e WILKINSON, John (orgs). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, 2002.

LOBO, Haddock. **História econômica e administração do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1969.

LUCENA, Romina Batista de. **O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo: UNESP, 2010.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural**. Conjuntura Agrícola, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, 2007.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista FAE. Curitiba: v.6, n.2, 2003.

OLIVEIRA, Nilda Souza; CARVALHO, Kátia Maria Góis de Alencar Setton; SOUZA, FILHO Theophilo, Alves de; SOUZA, Mariluce Paes de; RIVA, Fabiana Rodrigues. **Agricultura Familiar do Agronegócio do Leite em Rondônia, importância e características.** Campo Grande, 2010.

PEREIRA, Francisco Hevilásio Freire. **Agricultura geral, origem e evolução da agricultura.** Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande. Pombal, 2013.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; DIAS, Mariza Souza. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB.** Mercator, Fortaleza: v. 12, n. 27, 2013.

ROHLING, Jucinei Hillmann. **Políticas públicas para a agricultura familiar no estado do Paraná a partir de 2006.** Especialização em Gestão Pública. Maringá, 2011.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil.** Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, 2013.

SERRA, Letícia Silva; MENDES, Marcela Ruy Félix; SOARES, Maria Vitória de Araújo; MONTEIRO, Isabella Pearce. **Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos.** Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB. v.1, 2016.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antonio de; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 2007.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil.** Contexto, p.102, 1990.

TIMMER. C. P. **As funções da Agricultura no Desenvolvimento Econômico.** Santa Cruz do Sul: Cepe. 1992: Disponível em: <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/timmeretal1999.pdf>. Acesso em 21 abr. 2017.

VASCONCELLOS, Marcos; GREMAUD, Amaury; TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: O Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX.** Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 177p. 2009.

## VII. APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – Questionário sobre a visão dos filhos em relação a agricultura familiar na região de Guarapuava PR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO  
 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – SESA  
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DECON  
 PROFESSORA ORIENTADORA – DRA. SANDRA MARA MATUISK MATTOS  
 PESQUISADORA: KELY LUCIANA KOKOTEN ANTUNES

NOME: \_\_\_\_\_

**1. Idade:**

- a- ( ) até 19 anos  
 b- ( ) de 20 anos à 29 anos  
 c- ( ) de 30 anos à 39 anos  
 d- ( ) de 40 anos à 49 anos  
 e- ( ) 50 anos ou mais

**2. Sexo:**

- a- ( ) Feminino      b- ( ) Masculino

**3. Estado civil:**

- a- ( ) Solteiro (a)      d- ( ) Viúvo (a)  
 b- ( ) Casado (a)      e- ( ) Outros  
 c- ( ) Separado (a)

**4. Possui filhos?**

- a- ( ) Nenhum      c- ( ) 3 a 4 filhos  
 b- ( ) 1 a 2 filhos      d- ( ) acima de 4 filhos

**5. Quantos membros compõe a família?**

- a- ( ) mora sozinho (a)  
 b- ( ) 2 a 4 pessoas  
 c- ( ) acima de 4 pessoas

**6. Seu grau de escolaridade:**

- a- ( ) Ens. fundamental completo  
 b- ( ) Ens. fundamental incompleto  
 c- ( ) Ens. médio completo  
 d- ( ) Ensino médio incompleto  
 e- ( ) Ensino Superior completo  
 f- ( ) Ensino Superior incompleto  
 g- ( ) Outros

**7. Tipo de propriedade que reside?**

- a- ( ) Propriedade dos pais  
 b- ( ) Proprietário por herança  
 c- ( ) Compra de terceiros  
 d- ( ) Assentamento  
 e- ( ) Arrendada  
 f- ( ) Outros

**8. Tamanho da propriedade em hectares:**

- a- ( ) até 5ha      c- ( ) de 15ha a 30ha  
 b- ( ) de 5ha a 15ha      d- ( ) acima de 30ha

**9. Você gosta de morar no meio rural?**

- a- ( ) Sim  
 b- ( ) Não Porque? \_\_\_\_\_

**10. Qual a principal fonte de renda da família?**

- a- ( ) Toda renda vem da agricultura  
 b- ( ) Parte da agricultura e parte de outros serviços fora da propriedade  
 c- ( ) A renda vem da agricultura e é complementada com benefícios sociais  
 d- ( ) Toda renda vem de fora da propriedade, a agricultura é apenas para subsistência  
 e- ( ) Outros

**11. Principal cultura explorada na propriedade:**

- a- ( ) Feijão      d- ( ) Soja      g- ( ) Frutas e hortaliças  
 b- ( ) Trigo      e- ( ) Erva Mate      h- ( ) Apicultura  
 c- ( ) Milho      f- ( ) Fumo      i- ( ) Outros

**12. Você participa das atividades agrícolas na propriedade familiar?**

- a- ( ) Não participa das atividades da propriedade familiar  
 b- ( ) Sim, em todas as atividades da propriedade familiar  
 c- ( ) Sim, em apenas algumas das atividades  
 d- ( ) Sim, além de trabalhar nas atividades da propriedade, possui uma área para próprio plantio

**13. Motivo pelo qual trabalha na agricultura:**

- a- ( ) para subsistência  
 b- ( ) porque gosta  
 c- ( ) porque possui mais liberdade/ autonomia  
 d- ( ) por falta de opção  
 e- ( ) porque dá bons retornos  
 f- ( ) por falta de sucessor

**14. Possui autonomia na tomada de decisões na propriedade familiar?**

- a- ( ) Sim      b- ( ) Não

**15. Está satisfeito (a) com a sua autonomia na tomada de decisões na propriedade?**

- a- ( ) Muito satisfeito      d- ( ) Indiferente  
 b- ( ) Satisfeito      e- ( ) Não está satisfeito  
 c- ( ) Pouco satisfeito

**16. Você recebe incentivo de seus pais para permanecer no campo como sucessor?**

- a- ( ) Sim      b- ( ) Não

**17. Está satisfeito (a) com os incentivos que seus pais lhe dão para permanecer como sucessores?**

- a- ( ) Muito satisfeito      d- ( ) Indiferente  
 b- ( ) Satisfeito      e- ( ) Não está satisfeito  
 c- ( ) Pouco satisfeito



**18. Em relação às atividades na propriedade, consegue expor suas ideias e opiniões?**

- a- ( ) Sim                      b- ( ) Não

**19. Você pretende continuar com as atividades no campo ou mudar-se para a cidade?**

- a- ( ) Continuar no campo  
b- ( ) Mudar para a cidade

**20. Se respondeu MUDAR PARA A CIDADE, indique o porquê?**

- a- ( ) Faltam alternativas no campo  
b- ( ) Busca por uma vida melhor  
c- ( ) Para estudar  
d- ( ) Para trabalhar em outra atividade  
e- ( ) Não gosta do campo  
f- ( ) Busca por independência financeira

**21. Você está satisfeito com as oportunidades que a vida no campo lhe oferece?**

- a- ( ) Muito satisfeito  
b- ( ) Satisfeito  
c- ( ) Pouco satisfeito  
d- ( ) Indiferente  
e- ( ) Não está satisfeito

**22. Você participa de algum curso ou capacitação voltada a agricultura familiar?**

- a- ( ) Sim                      b- ( ) Não

**23. Se tivesse oportunidade de estudar e capacitar-se na cidade, você voltaria para o campo?**

- a- ( ) Sim  
b- ( ) Não: Porque? \_\_\_\_\_

**24. Você pretende ser o sucessor de seus pais na agricultura?**

- a- ( ) Sim  
b- ( ) Não: Porque? \_\_\_\_\_

**25. Como você paga suas despesas com lazer:**

- a- ( ) Pede dinheiro aos pais  
b- ( ) Trabalha fora da propriedade  
c- ( ) Recebe uma porcentagem da renda familiar vinda da agricultura  
c- ( ) Recebe por atividade que realiza separadamente na propriedade  
d- ( ) Recebe valor mensal fixo pelas atividades exercidas na propriedade  
e- ( ) Outros

**26. Em sua opinião porque os mais jovens estão deixando o campo e migrando para as cidades?**

- a- ( ) Falta de autonomia  
b- ( ) Dificuldade de instabilidade no campo  
c- ( ) Busca por atividades assalariadas e renda fixa  
d- ( ) Falta de incentivo dos pais  
e- ( ) O trabalho no campo é muito exaustivo  
f- ( ) Falta de acesso a ensino superior e especializações  
g- ( ) Ausência de renda pelos serviços prestados à família nas propriedades  
h- ( ) Outros

**27. O que necessita para que os mais jovens permaneçam no meio rural:**

- a- ( ) Mais projetos  
b- ( ) Mais incentivo dos pais  
c- ( ) Maior autonomia nos trabalhos da propriedade  
d- ( ) Maior visibilidade e valorização dos trabalhos  
e- ( ) Maior acesso a políticas públicas  
f- ( ) Maior acesso ao ensino superior  
g- ( ) Outros

**28. Qual a sua opinião quanto a seu futuro na agricultura?**

- a- ( ) Gosta de ser agricultor e é certo que continuará sendo  
b- ( ) Prefere ter outra profissão, mas provavelmente será agricultor  
c- ( ) Gosta de ser agricultor, mas sente dificuldades em continuar  
d- ( ) Não pretende ser agricultor  
e- ( ) Outros

## APÊNDICE 2 – Questionário sobre a visão dos pais em relação a agricultura familiar na região de Guarapuava PR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO  
 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – SESA  
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DECON  
 PROFESSORA ORIENTADORA – DRA. SANDRA MARA MATUISK MATTOS  
 PESQUISADORA: KELY LUCIANA KOKOTEN ANTUNES

NOME: \_\_\_\_\_

**1. Idade:**

- a- ( ) até 19 anos  
 b- ( ) de 20 anos à 29 anos  
 c- ( ) de 30 anos à 39 anos  
 d- ( ) de 40 anos à 49 anos  
 e- ( ) 50 anos ou mais

**2. Sexo:**

- a- ( ) Feminino      b- ( ) Masculino

**3. Estado civil:**

- a- ( ) Solteiro (a)    d- ( ) Viúvo (a)  
 b- ( ) Casado (a)    e- ( ) Outros  
 c- ( ) Separado (a)

**4. Possui filhos?**

- a- ( ) Nenhum      c- ( ) 3 a 4 filhos  
 b- ( ) 1 a 2 filhos    d- ( ) acima de 4 filhos

**5. Quantos membros compõe a família?**

- a- ( ) mora sozinho (a)  
 b- ( ) 2 a 4 pessoas  
 c- ( ) acima de 4 pessoas

**6. Seu grau de escolaridade:**

- a- ( ) Ens. fundamental completo  
 b- ( ) Ens. fundamental incompleto  
 c- ( ) Ens. médio completo  
 d- ( ) Ensino médio incompleto  
 e- ( ) Ensino Superior completo  
 f- ( ) Ensino Superior incompleto  
 g- ( ) Outros

**7. Tipo de propriedade que reside?**

- a- ( ) Propriedade dos pais  
 b- ( ) Proprietário por herança  
 c- ( ) Compra de terceiros  
 d- ( ) Assentamento  
 e- ( ) Arrendada  
 f- ( ) Outros

**8. Tamanho da propriedade em hectares:**

- a- ( ) até 5ha      c- ( ) de 15ha a 30ha  
 b- ( ) de 5ha a 15ha    d- ( ) acima de 30ha

**9. Principal cultura explorada na propriedade:**

- a- ( ) Feijão                      f- ( ) Frutas e hortaliças  
 b- ( ) Soja                        g- ( ) Erva Mate  
 c- ( ) Milho                      h- ( ) Apicultura  
 d- ( ) Trigo                      i- ( ) Outros  
 e- ( ) Fumo

**10. Qual a principal fonte de renda da família?**

- a- ( ) Toda renda vem da agricultura  
 b- ( ) Parte da agricultura e parte de outros serviços fora da propriedade  
 c- ( ) A renda vem da agricultura e é complementada com benefícios sociais  
 d- ( ) Toda renda vem de fora da propriedade, a agricultura é apenas para subsistência  
 e- ( ) Outros

**11. Você já pensou em mudar-se para a cidade?**

- a- ( ) Sim                      b- ( ) Não

**12. Se respondeu SIM na questão anterior, indique o porquê?**

- a- ( ) Faltam alternativas no campo  
 b- ( ) Busca por uma vida melhor  
 c- ( ) Para estudar  
 d- ( ) Para trabalhar em outra atividade  
 e- ( ) Não gosta do campo  
 f- ( ) Busca por estabilidade financeira

**13. Seus filhos participam das atividades na propriedade?**

- a- ( ) Sim, todos  
 b- ( ) Só alguns – Quantos ( )  
 c- ( ) Não, nenhum

**14. Você gosta que seus filhos estejam envolvidos com a agricultura familiar?**

- a- ( ) Sim  
 b- ( ) Não: Porque? \_\_\_\_\_

**15. Seus filhos possuem autonomia na tomada de decisões na propriedade?**

- a- ( ) Sim  
 b- ( ) Não: Porque? \_\_\_\_\_

**16. Você incentiva seus filhos a permanecerem na propriedade como seu sucessor?**

- a- ( ) Sim  
 b- ( ) Não: Porque? \_\_\_\_\_

**17. Você costuma atender as ideias e opiniões de seus filhos referente as atividades no campo?**

- a- ( ) Não costuma atender as ideias e opiniões dos filhos  
 b- ( ) Sim, pois considera importante que todos participem na propriedade  
 c- ( ) Sim, pois isso o incentiva a permanecer na agricultura  
 d- ( ) As vezes, pois acha que o filho não possui conhecimento e experiência suficiente no ramo para opinar nas atividades

**18. Qual o seu desejo com relação ao futuro profissional do seu filho?**

- a-( ) Que continue com agricultura familiar
- b-( ) Que estude na cidade e volte para o campo com maiores conhecimento
- c-( ) Que dedique-se a outra profissão que não seja relacionado a agricultura
- d-( ) Outros

**19. Em sua opinião porque os jovens estão deixando o campo e migrando para as cidades?**

- a-( ) Falta de autonomia
- b-( ) Dificuldade de instabilidade no campo
- c-( ) Falta de incentivo dos pais
- d-( ) O trabalho no campo é muito exaustivo
- e-( ) Busca por atividades assalariadas e renda fixa
- f-( ) Ausência de renda pelos serviços prestados à família nas propriedades
- g-( ) Falta de acesso a ensino superior e especializações
- h-( ) Outros

**20. Em sua opinião, seu filho continuará como seu sucessor na agricultura familiar?**

- a-( ) Sim
- b-( ) Não: Porque? \_\_\_\_\_

**21. Você desenvolve alguma preparação familiar para o processo sucessório?**

- a-( ) Sim
- b-( ) Não

**22. Em sua opinião, nos dias atuais, qual a maior dificuldade encontrada pelo agricultor familiar em permanecer no campo?**

- a-( ) Desvalorização de produção
- b-( ) Falta de conhecimento e capacitação
- c-( ) Custo para a produção
- d-( ) Falta de políticas para o setor
- e-( ) Atratividades do meio urbano
- f-( ) Outros

**23. Em sua opinião o que necessita para que os mais jovens permaneçam no meio rural?**

- a-( ) Mais projetos
- b-( ) Mais incentivo dos pais
- c-( ) Maior autonomia nos trabalhos da propriedade
- d-( ) Maior visibilidade e valorização dos trabalhos
- e-( ) Maior acesso a políticas públicas
- f-( ) Outros

**24. Qual a sua visão sobre o futuro de seu filho(a) no campo?**

- a-( ) É certo que continuará sendo agricultor
- b-( ) Prefere que tenha outra profissão, mas provavelmente será agricultor
- c-( ) Não vê futuro para seu filho na agricultura
- d-( ) Outros